

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 26 DE MARÇO DE 2008

NÚMERO 5.869

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1881
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 019ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 25/03/2008.....2

Atos da Mesa

Ato da Mesa DI.....21

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes21
Extrato22
Projetos de Lei.....22
Projeto de Lei Complementar
.....24

PLENÁRIO

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Andriano - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica o governo por não informar impacto financeiro do Prêmio Educar; fala que a MP desrespeita o plano de carreira dos profissionais da Educação.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito, do presidente e do secretário do PSDB de Fraiburgo.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Apóia os servidores da Educação na luta por melhores salários; manifesta-se sobre a dengue.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Faz críticas ao cerimonial da Presidência da República na visita do presidente Lula à capital catarinense; elogia projeto que prevê indenização do SUS pela indústria do fumo.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Concorde com o deputado Jailson Lima nas suas críticas ao cerimonial da Presidência da República.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Cumprimenta o deputado Jailson Lima pelo tema apresentado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Comemora a vinda do presidente da República a Florianópolis; critica o governo estadual pela política salarial diferenciada dos servidores públicos.

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Faz um relato sobre a história e a beleza de Florianópolis.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Tece comentários sobre Campos Novos, que completa 127 anos de emancipação político-administrativa.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Lembra ao deputado Pedro Uczai que os professores da UFSC estão com problemas salariais.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Critica o cerimonial da Presidência por discriminar lideranças políticas de todos os partidos e a população.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Concorde com o deputado Marcos Vieira, mas afirma que o importante foi o presente do presidente da República à cidade de Florianópolis.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Critica o deputado Marcos Vieira pelo pronunciamento atacando o governo Lula; anuncia a implantação de telecentros nos 293 municípios do estado; comemora ações feitas pelo governo Lula.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Procede à leitura de carta de professores aposentados que manifestam sua insatisfação com a política salarial do governo estadual.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradece a honraria de receber o título de Cidadão de Florianópolis; fala sobre o problema da Engepasa.

DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Reporta-se ao pronunciamento da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (aparte) - Elogia o deputado Jailson Lima pelo pronunciamento; discorda da deputada Ana Paula Lima quanto à realidade do Maciço do Morro da Cruz.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra o desperdício de dinheiro público com relação ao novo livro enviado pelo governador do estado.

Ordem do Dia

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Solicita que seja colocado em votação na sessão seguinte o PL n. 0190/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, em virtude de sua ausência na sessão.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita que seja colocado em votação na sessão seguinte o PL n. 0475/2007, de sua autoria.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Comunica que a posição da bancada do PP é pela abstenção na apreciação da admissibilidade da MP n. 0145/2008, que concede o Prêmio Educar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Informa que a posição da bancada do PT é pela abstenção na votação da admissibilidade MP n. 015/2008, que concede o Prêmio Educar.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comunica sua abstenção na votação da admissibilidade da MP n. 015/2008, que concede o Prêmio Educar.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Lembra que está sendo votada apenas a admissibilidade da MP n. 0015/2008 e não o mérito.

DEPUTADO GELSON MERÍCIO (pela ordem) - Comunica que sua bancada vai votar a favor da admissibilidade da MP n. 015/2008, que concede o Prêmio Educar.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Comunica que a bancada do governo votará pela admissibilidade da MP n. 015/2008, que concede o Prêmio Educar.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Informa que a posição do PDT é pela abstenção na votação da admissibilidade da MP n. 015/2008, que concede o Prêmio Educar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Comunica que votará contra o PL n. 0608/2008.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede ao deputado Pedro Uczai para subscrever moção de sua autoria que solicita a revisão do julgamento dos cubanos condenados em Miami.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Refere-se à MP que trata do Prêmio Educar.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Destaca a visita do presidente Lula a Florianópolis.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Parabeniza o deputado Elizeu Mattos pelo pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Elogia o aporte de recursos do governo federal no projeto que beneficiará as comunidades carentes.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Aborda a questão do Iprev.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Defende o PL que trata da criação do Iprev.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Discorre sobre o balanço de verão nas rodovias federais e estaduais de Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta e parabeniza o deputado Marcos Vieira pelo pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Cumprimenta o deputado Marcos Vieira pelo pronunciamento.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica o deputado Joares Ponticelli pelos pronunciamentos atacando o governo de Luiz Henrique da Silveira.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sugere ao Sinte que encaminhe uma proposta que permita que a bancada do governo apóie.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Comunica o trabalho que vem sendo realizado por uma comissão para encontrar uma proposta que agrade os aposentados do serviço público estadual.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Comunica que a Fatma deve liberar licença ambiental até final de março para a construção da barragem do rio do Salto.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Valmir Comin e coloca-se à disposição para garantir recursos para a barragem do rio do Salto.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Cumprimenta o deputado Valmir Comin pela mobilização de lideranças políticas em prol da construção da barragem do rio do Salto.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Parabeniza o deputado Valmir Comin e sugere que em cada barragem seja instalada turbina elétrica que gere energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Odete de Jesus, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia, catarinenses que nos ouvem através da Rádio Alesc Digital, catarinenses que nos prestigiam na sessão da tarde de hoje, em especial as conterrâneas e os conterrâneos de Tubarão, do sul do estado, uma vez que temos aqui delegações de Tubarão, Criciúma e Florianópolis. Portanto, é a representação do Sinte, coordenada pela professora Quinha, minha colega de trabalho lá na Diomício Freitas, em Tubarão, e pelo Danilo Ledra, presidente do Sinte.

Eu imagino que a partir de agora todas as semanas haverá uma espécie de vigília do Sinte aqui nesta Casa, porque decisões importantes serão tomadas nas próximas semanas por um grupo pequeno, deputada Odete de Jesus, que representa a Oposição. Então, é preciso que haja por parte da sociedade catarinense essa participação efetiva, essa vigilância aqui na Casa, para que Santa Catarina saiba como estão se comportando os seus representantes aqui no Parlamento.

Somos 13 deputados da Oposição, na expectativa de que o deputado Sargento Amauri Soares caminhe conosco nessas votações. Com isso chegaríamos aos 14 votos. É preciso empreender um esforço muito grande para que possamos corrigir algumas injustiças que o governo insiste em cometer contra o servidor público de Santa Catarina. Mas saibam que da parte da bancada do Partido Progressista, e tenho certeza de que posso falar pela bancada do PRB, aqui representada pela nossa colega, professora e líder, deputada Odete de Jesus, da bancada do Partido dos Trabalhadores, e acredito poderemos contar também com o deputado Sargento Amauri Soares, enfim, da parte dos 14, estaremos juntos nessa empreitada para que possamos, num primeiro momento, tentar corrigir essa injustiça que o governo pratica na concessão do tal abono salarial que, como bem disse o deputado Pedro Uczai, é abono para poucos e castigo para uma grande maioria, especialmente para a maioria dos servidores do magistério que compõem o grande volume de servidores públicos estaduais. E dentre eles, é preciso destacar, os da inatividade, os aposentados que são os mais espezinhados neste momento. Além daqueles que estão readaptados, que estão em outras atividades, que não podem mais, deputada Odete de Jesus, ministrar as suas aulas ou estar na sala de aula.

Hoje de manhã ouvi o depoimento de quatro colegas professoras de Braço do Norte, sobre uma professora daquele município que está indo ministrar as suas aulas sem nenhuma condição física. Está tão doente que chega a pedir para os alunos passarem a matéria no quadro, ou então deixa a matéria da manhã para a turma da tarde, uma vez que ela administra as mesmas séries de manhã e de tarde, por absoluta falta de condição física, deputada Odete de Jesus.

Então, é desumano o tratamento que o servidor público está recebendo. O inativo está há seis anos com só 1% de aumento. E o professor que está na atividade está com essa política nefasta de abonos, que desmonta o plano de carreira conquistado com muito sacrifício lá no final de 1986. E de lá para cá só houve perdas, especialmente neste governo do Luiz Henrique da Silveira as perdas se acumulam violentamente.

Srs. deputados, como diz o ditado: "o pior mentiroso é aquele que acredita na própria mentira". Eu ouvi o governador numa entrevista, na CBN, há duas semanas, dizendo que o governo dele já concedeu quase 140% de aumento salarial para os professores. O pior é que ele acredita nisso! O dramático é que ele acredita! E, infelizmente, nesta Casa, alguns fazem coro a esses devaneios do governador que tanto está massacrando o servidor público de Santa Catarina, em especial o professor.

Nós vamos hoje novamente nos abster de votar pela admissibilidade da medida provisória, mas ela precisa ser admitida para que possamos depois apresentar as emendas. Agora, a nossa bancada já decidiu que votará como votei na comissão de Constituição e Justiça. Foi o que decidimos ao meio-dia, ou seja, vamos votar junto com o PT, com o PRB, e acredito que com o deputado Sargento Amauri Soares, pela abstenção. No mérito, vamos apresentar a emenda para converter esse volume de dinheiro que nós nem sabemos quanto é, porque o governo não informa sequer o impacto financeiro, descumprindo o que determina, deputado Flavio Ragagnin, a legislação, a Constituição, porque ele atropela mesmo, ou seja, tem maioria aqui dentro e faz o que bem entende. Então, vamos imaginar o que significa isso para podermos converter. E aí, com base nos números que o Sinte nos ofereceu, vamos apresentar essa emenda e fazer um esforço.

Mas, quero conclamar: façam vigília permanentemente, revezem-se como estão fazendo, pois hoje temos aqui Tubarão, Criciúma e Florianópolis; façam essa marcação permanente, esse revezamento. E nós vamos pedir voto aberto em cada votação e vocês vão ter depois as folhas de votação. Esse é um ano bom, porque é ano de eleição! É bom levar a folha de votação com o voto de cada um para quando chegar a eleição podermos mostrar para o eleitor. É a forma que nós temos, infelizmente é o meio que temos, já que somos minoria aqui e não temos votos suficientes para barrar esse massacre que o governador Luiz Henrique da Silveira está patrocinando contra o servidor.

(Manifestações das galerias)

Vocês sabem que eu até aqui fazendo algumas críticas ao prefeito municipal de Tubarão, em função de alguns encaminhamentos que eu entendi equivocados naquele município. Mas, deputado Flavio Ragagnin, hoje preciso reconhecer que o primeiro, deputado Manoel Mota, a pedir desculpas por ter votado em Luiz Henrique da Silveira já declarou seu arrependimento. Vejam a entrevista concedida pelo prefeito de Tubarão, aliado de v.exa., deputado Manoel Mota, do governo do estado, quando o *Diário do Sul*, pergunta o seguinte:

(Passa a ler.)

"O senhor se arrepende de ter apoiado o governador Luiz Henrique em 2006?"

E o prefeito Carlos José Stüpp, responde:

(Continua lendo.)

"Me arrependo por inteiro. Eu aproveito a oportunidade mais uma vez para pedir desculpas àqueles que induzi ou sugeri que votassem no governador Luiz Henrique. Porque de forma clara, direta e objetiva eu me senti usado e o que reclamo como prefeito e como cidadão é que ele dê a mesma atenção a Tubarão que tem dado a outras cidades. Infelizmente aqui não temos tido o apoio do governo estadual."

Então, o primeiro prefeito de Santa Catarina que apoiou o Luiz Henrique já veio às páginas dos jornais e pediu desculpas para os eleitores por tê-lo induzido a um erro. Veja, deputado José Natal, o seu correligionário, prefeito Carlos Stüpp, de Tubarão, que trabalhou barbaridade para o Luiz Henrique da Silveira, que colocou um 15 maior que o peito dele, que saiu pelas ruas pedindo votos, agora teve a hombridade e, por isso, também, o reconhecimento de vir à imprensa e pedir desculpas ao povo por ter induzido a votar em Luiz Henrique.

Deputado Manoel Mota, a coisa está ficando preta, não é? Só não vêem aqueles que não querem enxergar. Mas, o deputado Manoel Mota, vê e enxerga as coisas que só ele consegue. Ele ouve os roncões das máquinas na serra do Faxinal! As máquinas são virtuais, elas só existem na cabeça do deputado Manoel Mota! E vão matando vacas e comendo churrasco, as coitadas das vacas lá na região de Praia Grande, deputado Jailson Lima, não podem mais ouvir o barulho de um helicóptero, porque elas pensam que é a turma do 15 que está chegando para assassinar mais uma dúzia de vacas e nada de asfalto.

Voltarei à tribuna depois, estou inscrito num segundo momento da sessão, pois quero trazer aqui à discussão novamente o processo de cassação de Luiz Henrique, que está no TSE. E o Luiz Henrique achava que o processo não iria mais ser julgado, ele disse que o processo estava morto. Mas agora está dizendo que vai tentar arquivar o processo. Eles, em nenhum momento, deputado Flavio Ragagnin, refutam a acusação. E agora querem tentar arquivar, porque estão se sentindo apavorados novamente.

Finalizando, quero aproveitar a presença do jornalista Paulo Alceu, para falar da festança que o Gayoso, o dono da Engepasa, que quer cobrar R\$ 1 bilhão por uma obra que vale R\$ 100 milhões, ofereceu para o Luiz Henrique e para o Mauro Mariani, em Joinville, com mais um grupo de 30 empresários. Em qualquer país sério...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda em Breves Comunicações, inscrita para falar a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

O sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, quero com muita satisfação registrar a presença nesta Casa do vice-prefeito de Fraiburgo, sr. Ivo Biazolo; do sr. Kiko Conte, presidente do PSDB daquela cidade e do nosso amigo pessoal Adilson Dias, secretário do PSDB da cidade de Fraiburgo. Estão todos aqui na capital dos catarinenses tratando de assuntos inerentes àquele município.

Sejam bem-vindos a esta Casa e ao meu gabinete.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Felto o registro da presença do sr. Ivo, do sr. Kiko e do sr. Adilson, com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, brilhante deputado da região de Criciúma, deputado Clésio Salvaro, deputada Ana Paula Lima, dr. Antônio Aguiar, integrante da mesa, srs. deputados e sras. deputadas, honrosos e amados colegas professores que nos honram com suas presenças, imprensa falada, escrita e televisada. Quero dizer que também estou muito atenta, que estou com um olho no gato e outro no prato.

Como profissional da área da educação, sou uma parceira fazendo um comentário. Já me manifestei muitas vezes da tribuna, dizendo que com o salário que hoje o professor recebe, ele está pagando para trabalhar, infelizmente! Essa tristeza paira sobre o nosso estado de Santa Catarina, mas, infelizmente, a verdade é essa, ou seja, o professor não é valorizado como merece. O professor é sugado, sai de casa e leva para a sala de aula todo o seu potencial, toda a sua dedicação, tudo aquilo que ele investiu na área da educação, fazendo cursos e mais cursos, e hoje infelizmente ele não tem retorno.

E nós temos que falar! Sou uma profissional da área da educação e quero que fique registrado isso - e é bom que todos os colegas estejam presentes. O deputado Joares Ponticelli salientou bem que a reclamação um dia vem de um município e em outro dia vem de outro lugar, porque água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Nós temos que ser perseverantes naquilo que nós queremos. Nós não podemos abandonar a guerra! Nem tudo está perdido e nós temos que falar a verdade. Eu me manifestei sobre a retirada do Iprev, mas não obtive sucesso. Esse assunto está nas mãos do líder do governo, deputado Herneus de Nadal. Tem muita água para rolar, muito assunto para discutir e os 14 deputados estão aqui atentos.

Mas, sr. presidente, hoje venho trazer um problema gravíssimo, em nível de Brasil e por que não falar também para a prevenção da saúde do nosso estado de Santa Catarina. O jornal *Diário Catarinense* de hoje publicou uma matéria, na página 10, que fala sobre as lições da dengue. Esta deputada já realizou aqui neste Parlamento uma audiência pública, no dia 26 de novembro de 2007, às 14hs, e contamos com a presença do Ministério Público, da vigilância sanitária estadual e municipal, além de outras entidades participantes. Foi feita uma panorâmica sobre os locais onde há o foco da dengue.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estamos protocolando a solicitação de mais uma audiência pública para sabermos a realidade do nosso estado. E já que sou integrante da comissão de Saúde deste Parlamento, tenho encontrado muito apoio por parte do presidente da comissão, deputado Genésio Goulart. Então, nós queremos realizar em breve mais uma audiência pública para sabermos a realidade do nosso estado.

Srs. deputados, sobre a audiência pública que foi realizada no dia 11 de novembro do ano passado, nós tivemos um apoio desse maravilhoso jornal da nossa Assembléia Legislativa, nós ganhamos página dupla sobre a matéria. Mas sentimos necessidade de realizar mais uma audiência pública para sabermos a realidade atual do nosso estado, já que é melhor prevenir do que remediar. Nós sabemos que quase 30 mortes aconteceram e mais de 30 mil casos de contaminação estão acontecendo no Rio de Janeiro.

Sabemos que o problema lá é gravíssimo, pois temos acompanhado os acontecimentos através da televisão e dos jornais. Por isso nós queremos nos prevenir, para que o nosso estado não venha a sofrer danos. A temperatura aqui é elevada, temos muitos portos, aeroportos e sabemos que os caminhões de transporte que trafegam pelas BRs, vindos de outros estados, poderão trazer larvas do mosquito da dengue.

Então, a ferramenta para a cura dessa doença maldita que tem levado brasileiros a óbito é a luta de todos, uma luta conjunta daqueles que querem uma solução para esse problema, com ações eficazes.

Não é uma batalha de uma só pessoa, não é uma batalha somente do prefeito, do governador, dos agentes comunitários; é uma batalha de cada cidadão, de cada família contra essa doença que o nosso estado não está isento, não está imune. Mas se todos nós trabalharmos em conjunto poderemos destruir esse mal.

Então, srs. deputados, nós temos que fazer uma campanha neste sentido. Inclusive eu protocolei uma indicação, tenho uma cópia aqui em mãos, na qual solicito ao governador do estado de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira, ao secretário de estado da Saúde Luiz Eduardo Cherem e aos prefeitos municipais do estado que sejam viabilizadas medidas na elaboração de programas permanentes de combate à erradicação do mosquito *aedes aegypti*, que tem matado muitas pessoas no estado do Rio de Janeiro.

Então, essa indicação será lida na pauta da Ordem do Dia de hoje e eu peço o apoio de v.exas.

Volto ao tema numa outra oportunidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, companheiros professores que estão presentes, vou fazer o meu pronunciamento abordando alguns tópicos. Tenho sido muito enfático em relação ao meu partido e quando tenho que ser crítico também sou. Primeiro, quero reverenciar duas figuras públicas do PT: o nosso companheiro José Fritsch, que foi ministro do governo Lula, e a presidente do partido, deputada Luci Choinacki.

Eu quero mandar para o cerimonial do governo da República o "prêmio mala", porque acho que esses dois companheiros foram desrespeitados no evento aqui realizado do presidente da República; eles deveriam ter recebido o devido respeito pelas lideranças que são. No palanque estavam muitas pessoas - eu não estava presente, mas vi pelos jornais - e na hora que é para falar mal do Lula, a Oposição fala, mas quando ele chega aqui, para se pendurar não há partido igual, pois todos querem aparecer para tirar a sua casquinha.

O cerimonial do governo, pela segunda vez, comete um desrespeito com essas lideranças, por isso a minha crítica veemente. Luci Choinacki e José Fritsch são duas grandes figuras públicas do estado catarinense e temos que ressaltar os seus princípios, os seus brios e as suas capacidades de lutar em defesa das classes sociais mais excluídas deste país e deste estado.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Jailson Lima, eu também participo da bancada do Partido dos Trabalhadores e gostaria, da mesma forma, de fazer este registro para colaborar com v.exa. nessa sua afirmação.

José Fritsch e Luci Choinacki são lideranças históricas do PT, inclusive a Luci é presidente estadual do nosso partido, que é do presidente da República. Neste sentido, quero também participar dessa sua crítica porque são duas lideranças que deveriam estar no palco. Eu até tinha escrito num papelzinho que a presidente do nosso partido deveria estar lá no palanque participando desse ato tão importante para Santa Catarina, que foi o anúncio de mais de R\$ 50 milhões nas áreas de saneamento e de habitação para a capital do estado, principalmente para as comunidades pobres. E se há lideranças que estão preocupadas com os pobres ao longo de sua vida, são a companheira Luci Choinacki e o companheiro José Fritsch.

Faço minhas as suas palavras e que possamos contribuir no cerimonial do governo federal dizendo que não é só quem tem mandato no momento atual que deveria participar do palanque.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

Ao mesmo tempo em que instituímos aqui o "prêmio mala", quero instituir também - eu tenho um irmão que costuma dizer muito isso de Brasília, deputada Odete de Jesus, quando se diz muita bobagem, muita goiabinha - o "prêmio goiaba" para o Mantega, ministro da Economia, porque vai dizer bobagem assim não sei aonde, como tem dito nos últimos tempos. As plásticas estão tirando a capacidade de pensar desse cidadão. Porque o que ele fez em relação às medidas de controle econômico não foi correto. Quando eu tenho que dizer algo eu digo, mesmo sendo do meu partido.

Este país é um país sério e quando se comprometem destinos da economia com bobagens ditas, temos que nos referenciar. Eu quero dizer para vocês que a minha paciência com esse cidadão esgotou-se. Está na hora de o governo Lula dar uma olhada nisso.

Ainda quero dizer que quando se fala sobre as obras do governo Lula que a Oposição participa, aí o PSDB, o PFI e os Demos são contra o governo dizendo que são obras eleitoreiras.

Só para Santa Catarina, as cidades que foram agraciadas pelas obras do PAC anunciadas pelo nosso presidente da República foram: Itajaí, Blumenau, Florianópolis, Joinville, São José, Palhoça, Lages, Araranguá, Camboriú, Canoinhas, Concórdia, Içara, Mafra, Navegantes, Balneário Camboriú, Chapecó, Araquari, Bombinhas, Porto Belo, Novo Horizonte, Governador Celso Ramos, Lebon Régis, Major Gercino, Paiol, Piratuba, Rancho Queimado, Urupema, São Ludgero, Orleans, Pouso Redondo, Balneário Arroio do Silva e Rio Fortuna.

Nesses municípios que estão sendo agraciados com obras do PAC do governo Lula, os seus municípios têm que olhar claramente nestas eleições quando se diz que são obras eleitoreiras, pois o presidente da República não é candidato nestas eleições e nem há eleição para governador. E o Arthur Virgílio falou que as obras do PAC eram um "paquiderme" pela lentidão, agora que estão andando e estão sendo executadas, o PSDB e os Demos ou os DEMS - não sei qual o outro nome, a outra nomenclatura dada, até esqueci, porque existem tantas - entram com um processo dizendo que nesses municípios as obras também não podem ser executadas.

Pensem e repensem na hora de votar, porque eleitoreiras são as ações que inviabilizam a construção de obras que beneficiam a população. E que soluções de meio ambiente, de saneamento básico, de obras de infra-estrutura sejam levadas para o povo catarinense e para o país todo como estão sendo feitas pelo governo Lula, diga-se de passagem, sem pedir um centavo emprestado sequer, como era feito antigamente.

E logicamente que o que é bom temos que elogiar. Eu vou elogiar, deputado Gelson Merísio, um deputado do PFL nacional, por enquanto, por um projeto de lei do DEM, o D-25, apresentado no Congresso Nacional, que é o deputado Jorge Tadeu Mudalen, de São Paulo. Diga-se de passagem, que este deputado já passou por seis partidos, mas o projeto de lei é bom - até quando ele vai ficar no DEM não sabemos -, pois prevê indenização ao SUS, deputada Odete de Jesus, pelas doenças ocasionadas pelo tabaco, pelo cigarro. Esse projeto é defendido pelo Instituto Nacional do Câncer.

Eu, como médico, além de reconhecer o mérito desse projeto de lei, a concepção da sua abrangência, quero responsabilizar de fato os verdadeiros causadores de uma mortalidade que não é só no nosso país, é no mundo, pois cinco milhões de habitantes no mundo morrem por ano, sendo dez mil mortes por dia ocasionadas pelo cigarro. E o projeto de lei desse deputado prevê indenizações, responsabiliza as fumageiras e, principalmente, prevê o ressarcimento do Sistema Único de Saúde, que é quem banca todo o tratamento daqueles que através de propagandas de mídias compulsivas caem nesse mau hábito do uso do cigarro, representando um custo social enorme.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não, nobre deputada Odete de Jesus, pois sabemos que também é uma companheira na luta pelas questões da saúde nesta Casa.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Muito obrigada, deputado Jailson Lima.

O tema que v.exa. aborda é muito importante para a saúde pública. O pior de tudo, deputado, são aqueles que não fumam e são obrigados a aspirar a fumaça do cigarro da pessoa que está fumando ao lado, v.exa. é médico e sabe disso, que é muito pior! Isso é muito maléfico para as pessoas que não fumam.

Muito obrigada pela oportunidade, deputado.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputada Odete de Jesus.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - A saber, sr. deputado Jailson Lima: PSDB, Partido da Social Democracia, ex-PFL e agora D25.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merísio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Presidente, só gostaria de um esclarecimento: onde é que nós entramos nesse negócio aí?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Apenas para justificar que não é Demo e sim D25.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Ah, agora eu entendi. Muito obrigado, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, não posso deixar aqui de também manifestar a minha alegria, como membro da bancada do Partido dos Trabalhadores, pela presença do presidente da República, na última semana, no estado de Santa Catarina.

De um lado uma economia que se vai consolidando no país, que vai permitindo avaliações extremamente positivas não só no crescimento econômico, porque isso os governos de direita já fizeram em várias oportunidades conjunturais na história do país, mas também, e essa é a novidade, na distribuição de renda. E todos os dados do governo permitem visualizar e expressar isso com muita alegria e vitória. É um país que está diminuindo a desigualdade social.

Desde 1981 que não chegávamos a essa condição hoje de aumento da massa salarial, de aumento de poder de compra dos trabalhadores no país, numa conjuntura extremamente favorável à própria agricultura. Há muitos anos não vivíamos essa conjunta extremamente favorável na agricultura, na geração de emprego, na distribuição de renda, numa política clara a médio e longo prazo de crescimento com distribuição de renda. E a grande novidade na política econômica do governo é o acerto com as centrais sindicais de construir a médio e longo prazo uma política de aumento salarial e, principalmente, aumento do salário mínimo. Com qual critério? Além da correção monetária, da inflação do ano anterior, também aumentar o salário mínimo, mais o que foi o PIB - Produto Interno Bruto - dos dois anos anteriores ao calendário anual que permite o aumento salarial do salário mínimo. E a perspectiva agora é o governo transformar isso em lei, em direito conquistado. O acordo entre as centrais sindicais e o governo é de que isso se transforme em lei até o ano de 2023.

Isso nos dá condições, deputado José Natal, de chegarmos gradativamente em 2023 com o aumento real do salário mínimo que permitirá, quem sabe na primeira vez na história, associar Constituição e salário mínimo decente para uma família, pai e mãe e dois filhos, que é o direito à educação, direito à saúde, direito ao saneamento, direito à habitação, direito ao lazer e direito à cultura.

Acho que esse é o direito fundamental das pessoas e queremos chegar até 2023 com essa conquista neste país.

Eu estou falando sobre isso para elogiar o governo Lula que, paralelo a isso, está fazendo saneamento, está fazendo o PAC, está fazendo infra-estrutura e está permitindo ao Brasil que se coloque no cenário internacional com solidez, com cada vez menos vulnerabilidade, desenvolvendo-se com muita distribuição de renda.

Por isso a vinda do presidente Lula na semana passada foi de comemoração, de conquista, porque o presidente não veio anunciar aqui obras de infra-estrutura rodoviária, por exemplo, mas obras para as comunidades pobres, deputada Odete de Jesus. Aqueles que foram historicamente excluídos, marginalizados ou muitas vezes utilizados para campanhas eleitorais, para eleger políticos nos morros da capital do estado.

Em segundo lugar, por que é que estou fazendo esta fala em relação à política salarial do governo de aumento gradativo do salário? Porque o governo aqui do estado, diferente do governo federal, vem pautando cotidianamente uma política salarial diferenciada, desigual, fragmentada, de privilégio de um lado e sacrifício de outro. Quando propõe gratificação para diretor de escola com percentual, propõe prêmio para uma parte da categoria do magistério e propõe 0% de aumento para outras categorias. Zero por cento, sem contar com os inativos.

Eu estou relatando o PLC n. 49. Gratificação de um lado, transposição de outro e, por outro lado, para outros setores das categorias 0%. Para se ter uma idéia, deputado José Natal, quem já teve 100% de gratificação incorporada ao salário, que foi chefe, diretor ou secretário até 1991, agora vai ter um aumento de 100% sobre a gratificação se ocupar um cargo de chefia, de diretor ou de secretário, enquanto para as outras categorias será dado 0% de aumento, os aposentados em seis anos tiveram 1% de aumento.

Política salarial, política de servidor público tem que ter horizonte, tem que ter futuro, tem que ter motivação. Qual a motivação de um professor que vai se habilitar, se não vai influir no seu salário; vai fazer mestrado e não vai ter retorno no seu salário; vai fazer doutorado e não terá retorno na sua carreira? E quando se aproxima o tempo de aposentadoria começa a entrar em desespero, porque vai tirar 30%, 40% ou 50% do seu salário, dependendo do que o governo vai fazer nos próximos anos, dando prêmio para alguns e castigo para outros.

Tem que haver uma política pública clara de carreira, de salário. Por isso a bancada da Oposição aqui nesta Casa vai apresentar um substitutivo global transformando o Prêmio Educar em salário, em percentual, sem nenhum aumento financeiro para o governo do estado. É pegar o Prêmio Educar e transformar em salário para incorporar depois na aposentadoria, e não dando prêmio de um lado e castigo de outro. E nem existe avaliação dos professores sobre se deve ou não receber o prêmio, é universo deles, uns recebem e outros não. Essa é a política salarial no estado onde não há aumentos e não se cumpre a lei. Está aí o deputado Sargento Amauri Soares que toda semana vem aqui reclamando o direito a uma lei para os servidores da área de Segurança Pública, mas não se universaliza esse direito, porque é direito a paridade salarial, às áreas da Saúde e da Educação, que são estratégicas para o estado.

Por isso é que o governo do presidente Lula dá uma lição neste país, não só com a correção monetária, mas junto, acoplado e casado com o PIB permite visualizar os trabalhadores do Brasil tendo mais dignidade e mais futuro.

Lamentavelmente é com tristeza que dizemos aqui que o governo do estado não tem política salarial clara, não tem política salarial nem para uma categoria, como os servidores da Educação, da Segurança Pública e da Saúde, e fica concedendo gratificação de um lado e de outro para os cargos em comissão e os de chefia, e faz transposição de um lado e de outro. O problema é que fazem a transposição com uma gratificação enorme, e aí vão esvaziando vários setores, como o Ciasc, que hoje é um problema, porque vão saindo, vão para outro setor e outra secretaria, e vão sucateando, esvaziando e desvalorizando várias áreas do governo do estado. Não é assim que se pensa o futuro de política pública, ela tem que ser universal.

Por isso estamos nessa caminhada, a nossa bancada e as de Oposição, para conseguir enfrentar a necessidade, aqui no estado, de ter correção monetária, que seria o mínimo para qualquer servidor público estadual para corrigir e manter o poder de compra do ano anterior. E os professores que não vão receber o Prêmio Educar não terão nem esse direito! E mais do que isso, quando se põe prêmio de um lado e prejuízo ou castigo de outro, os deputados precisam perceber, pela primeira vez na história de Santa Catarina, a diferenciação e a fragmentação da política salarial dos educadores.

Se fragmentar, então os trinta e poucos mil aposentados perguntarão aos deputados Manoel Mota, José Natal e aos demais da base do governo, por que não votam a favor dos aposentados também? Por que não põem em forma de salário o Prêmio Educar para contemplar os aposentados? O que o governo tem contra aqueles que trabalharam 25, 30 anos no magistério, e que os motivou inclusive a trabalhar nesta carreira e depois serem castigados? Por isso temos que construir políticas universais.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido do D25.

(Pausa)

Na ausência de deputados do D25, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andriano, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, eu queria cumprimentar os professores aposentados que participam desta sessão na tarde de hoje. Irei dividir o meu tempo com o deputado Romildo Titon, sendo oito minutos para cada um.

Mas, sr. presidente, como cidadão de Florianópolis, nascido nesta bela cidade, quem sabe a mais bonita do Brasil, com o perdão de todos os deputados e com respeito as suas cidades, não poderia deixar de me manifestar sobre o aniversário de Florianópolis.

Florianópolis completou no dia 23 de março, 282 anos de emancipação política. É uma data importante para um município que tem 70% do seu espaço físico localizado na Ilha de Santa Catarina. Uma cidade impar em beleza natural, com as nossas lagoas, como a do Peri e da Conceição, as dezenas de praias aqui localizadas, os nossos mangues e as nossas dunas, a dos Ingleses e a da Lagoa da Conceição.

É uma cidade que tem como marca maior a beleza natural. Uma cidade, deputado José natal, que hoje aparece em qualquer levantamento sobre qualidade de vida, não só no Brasil, mas no mundo, como uma das cidades com melhor qualidade de vida, mas eu digo a v.exas. que era muito melhor antes, quando eu nasci na Lagoa da Conceição há 60 anos. Aqui vejo o nosso "Chico Mendes" da Lagoa, o Alécio, que é o presidente do Fórum da Lagoa da Conceição, um defensor do meio ambiente. Quando nós nascemos na Lagoa, Alécio, ela era muito mais bela e muito mais tranqüila, e tínhamos uma qualidade de vida muito maior do que a que temos hoje. É que Florianópolis não era conhecida no Brasil, não era conhecida no mundo.

Eu me lembro, deputado Professor Grando, que em 1986, quando fui prefeito desta cidade, o primeiro prefeito eleito depois da ditadura militar, nós fizemos o primeiro campeonato de surf internacional, o primeiro *hang loose* desta cidade. Florianópolis, então, começou a aparecer na mídia internacional, não pelas figuras ilustres que teve, como o nosso poeta Cruz e Sousa ou Victor Meirelles. Não! Ela começou a ficar conhecida internacionalmente através do esporte, do *hang loose*, do Guga, o manezinho que levou esta ilha a ser conhecida no mundo inteiro, do Xuxa.

Eu lembro bem quando o Guga ganhou o primeiro campeonato internacional de *Roland Garros*. Ele deu uma entrevista dizendo que o time que ele torcia no Brasil era o Avaí e o maior atleta que havia no Brasil era o Jacaré, um jogador do Avaí que logo em seguida, pela declaração do Guga, foi contratado por Portugal, e não demorou muito lá, porque não era o bicho como o Guga dizia.

Mas esta cidade hoje tem uma bela qualidade de vida. Agora, ex-prefeito deputado Professor Grando, nós temos que nos preocupar com a questão da poluição, com o problema do sistema viário e com a violência desta cidade. Ainda hoje pegamos os jornais de Florianópolis e vimos que mataram três nesse fim de semana na cidade. Há 20 anos, não vamos muito longe, deputado José Natal, quando matavam uma pessoa em Florianópolis, quando havia um homicídio, isso era notícia na cidade, nos bairros, nas igrejas e nos bares durante a semana inteira. Hoje não é mais notícia! Estamos anestesiados com a violência! Florianópolis é uma cidade que perdeu as suas referências! Perdeu a sua identidade! Uma cidade que mais de 70% da população não é de Santa Catarina, muitos nem são do Brasil. Hoje somos uma cidade cosmopolita!

Quando ganha o Grêmio, na Lagoa da Conceição é um foguetório danado. Esta cidade não torce pelo Avaí ou pelo Figueirense, torce pelo Avaí, pelo Figueirense e pelo Flamengo, porque aqui está cheio de carioca, torce pelo São Paulo e pelo Corinthians, é uma cidade que perdeu as suas referências. Isso é bom ou é ruim? Acho que é bom por um lado e difícil por outro. Você sabe onde é que se encontra a cara desta cidade, da história desta cidade, deputado Professor Grando? Quando vamos à procissão do Senhor dos Passos. Ali está a cara humana da cidade; num jogo do Avaí e do Figueirense e numa festa religiosa da cidade. Digo isso porque é importante que Florianópolis receba todos de braços abertos.

Tive oportunidade, num debate de televisão, quando disputava uma prévia de meu partido a vaga de prefeito com o ex-senador Nelson Wedekin, uma das figuras mais ilustres deste estado, deputado estadual, deputado federal, e diziam-me, sopravam-me, as eminências pardas: diga que o Wedekin não é daqui e você é. Eu não usei esse argumento, porque você não escolhe nascer aqui. Não depende de você nascer aqui. Agora aqueles que escolhem uma cidade para morar, esse ato tem um valor muito mais importante do que quem nasce nela.

Quero aqui cumprimentar todos desta cidade, os prefeitos que já passaram, os nomeados pela ditadura, os eleitos e todos aqueles que deram a sua contribuição para esta cidade.

Agora, a nossa grande preocupação, deputado Professor Grando, chama-se qualidade de vida. Não podemos fazer uma administração que tenha como prioridade o automóvel, o asfalto. Não é isso que a cidade está precisando, ela está precisando de um bom projeto de desenvolvimento econômico para gerar emprego para que possamos continuar a ter a qualidade de vida que os nossos antepassados tiveram, melhor do que tive, para que os nossos descendentes possam ter, no mínimo, a qualidade de vida que temos hoje.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Com a palavra o deputado Romildo Titon nos minutos restantes destinados ao PMDB.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, estava atentamente ouvindo o pronunciamento do ilustre deputado Edison Andrino que falava um pouco sobre a história e a beleza da nossa capital. Eu não poderia ser diferente e deixar de fazer no dia de hoje, deputado José Natal, um comentário sobre o meu município de Campos Novos, que dia 30 completa seus 127 anos de emancipação político-administrativa.

Talvez aqui, deputado Edison Andrino, eu não possa falar como v.exa. das belezas naturais de Florianópolis, porque Campos Novos não tem essas belíssimas praias, mas temos lá uma riqueza muito grande, as nossas terras férteis que nos dão condição de ser o celeiro do estado de Santa Catarina, um dos maiores produtores de grãos, com uma das tecnologias mais avançadas do Brasil. Através do sistema cooperativista, é um dos municípios que agrega e concentra o maior número de cooperativas e fez com que o nosso agricultor se modernizasse, fosse em busca de novas tecnologias e hoje pudesse estar colhendo os frutos dos melhores momentos da história de Campos Novos em termos de produção agrícola.

São aproximadamente 300 mil toneladas de grãos que o município está produzindo, fazendo com que se tenha uma das melhores receitas em arrecadação de impostos derivados da agropecuária e da agricultura, que é o nosso chão camponês, que dá exemplo para todo o estado de Santa Catarina.

Somente na área de soja estamos cultivando mais de 36 mil hectares; mais de 20 mil hectares de milho; mais de 10 mil hectares de feijão; aproximadamente 18 mil hectares de trigo, avançando agora para a área da cevada e do girassol, procurando acompanhar essa grande onda do desenvolvimento do biocombustível.

Na agropecuária temos um dos maiores rebanhos do estado de Santa Catarina, senão o maior, o segundo maior rebanho, são 55 mil cabeças e 1.623 proprietários. Na suinocultura são mais de 122 mil cabeças, fazendo com que a Coopercampos já lance o seu projeto fazendo a terraplanagem, lançando o projeto de uma das grandes agroindústrias, para abater em torno de três mil animais dia.

A avicultura não fica para trás, mais de 12 milhões de aves, de frangos, que vão para o mercado, e uma produção de mais de 250 mil ovos por dia para as incubadoras de toda a região.

Há outras áreas, como o leite, pois mais de um milhão de litros por mês estão sendo produzidos na nossa terra e na região de Campos Novos, que se destacando na área da agroindústria, vai-se tornar uma das maiores com a instalação do frigorífico da Coopercampos.

Também na área de energia passamos a produzir 25% do que Santa Catarina consome, sendo um dos maiores produtores de energia do estado, e agora mais três pequenas usinas serão instaladas dentro em breve, porque já foram liberadas pela Fatma.

No setor cooperativista, além de ter maior número de cooperativas, já passamos pela experiência de cooperativa de leite, de crédito, de transporte, e temos uma das maiores capacidades de armazenamento do estado de Santa Catarina.

Também produzimos sacos de cimento que são exportados para vários países, além da indústria metal mecânica e outras que poderíamos aqui citar.

Portanto, nos orgulhamos, nesta data, em poder estar comemorando os 127 anos de Campos Novos. O nosso governador, deputado Manoel Mota, vai estar lá mais uma vez inaugurando obras, anunciando outras, e poderíamos dizer que em breve, faltando muito pouco, apenas o município de Abdon Batista, que é onde já foi iniciado o asfalto, não haverá problemas de ligação asfáltica com mais nenhum município próximo, ou que faça parte da regional de Campos Novos.

Por isso, neste instante, como vereador que fui por 12 anos, como prefeito, e agora, por quatro mandatos represento aquele município na Assembléia Legislativa, quero parabenizar todo o povo de Campos Novos, aqueles que ajudaram a fazer a história, os que a construíram, os que acreditaram na fertilidade das terras e lá fizeram os seus investimentos e que hoje estão comemorando os 127 anos.

O prefeito de Campos Novos, Nelson Cruz, fará uma verdadeira via-sacra de inaugurações de obras agora nesta semana. Praticamente todos os bairros da cidade estão sendo asfaltados; não temos problemas de esgoto. Campos Novos é um dos municípios que mais tem atendido à população, deputado Manoel Mota, e uma das melhores cidades de se viver em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Rapidamente, quero dizer ao meu amigo líder da bancada do PT, deputado Pedro Uczai, que os professores da Universidade Federal de Santa Catarina estão pedindo ajuda porque foram sacados 26% dos salários que recebiam há 18 anos. Então, primeiro eles precisam cuidar das suas casas para depois cuidar da casa do vizinho. Eles vêm aqui fazer esses discursos, mas, se não cuidam das suas próprias casas, como vão cuidar da casa do vizinho?!

E o deputado Joares Ponticelli - e é uma pena que o tempo está terminando...

(Passa a ler.)

"Não é possível reconstruir uma greve sem salários, quando professor está passando fome, e com o terrorismo que vinha sendo praticado desde o início da semana", completa Marta Vanelli, presidente do Sinte.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o líder da bancada, deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu estava no gabinete e assistia atentamente aos pronunciamentos dos deputados que já se fizeram presentes na tarde de hoje. E, de repente, deputado José Natal, eu me deparei com um vídeo na televisão no meu gabinete estampando a figura do deputado Jailson Lima que, meio exaltado, criticava severamente o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e recomendava ao presidente da República medidas porque ele já não o considerava mais ministro de estado.

O deputado Jailson Lima fez também referências ao cerimonial da Presidência da República, que tratou dos atos que o presidente Lula praticou na quinta-feira passada, nesta capital.

Dizia o deputado Jailson Lima - e quero aqui deixar claro que ele tem razão - que a presidente estadual do PT, a ex-deputada Luci Choinacki, não poderia, em hipótese alguma, ter ficado de fora do palanque oficial no qual estava o presidente da República e filiados do seu partido, o Partido dos Trabalhadores. É verdade - e eu concordo com o deputado Jailson Lima - que, efetivamente, lideranças do Partido dos Trabalhadores tinham que estar presentes, sim, no palanque, como também representantes de outros partidos, como do PSDB, do PMDB, do Democratas, do PP, do PDT. E por que não?

Deputado Clésio Salvaro, o presidente Lula veio a Florianópolis, e quando grande parte das pessoas dizem que ele liberou R\$ 54 milhões para o PAC isso não é verdade! Foram R\$ 54 milhões divididos em três partes: metade vai para o governo federal - e é por isso que os membros do PT tinham que estar no palanque oficial; 25% vão para governo do estado para as obras que vão recuperar o Maciço - e é por isso que os partidos que dão sustentação ao Luiz Henrique da Silveira também tinham que ser convidados para o palanque; e outra parte será bancada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis - e os partidos que dão sustentação ao prefeito da capital também tinham de estar lá presentes.

Agora, eu acho que o cerimonial da Presidência da República esqueceu de convidar para participar da festa os verdadeiros atores: a população. Essa não foi convidada!

A página 6 do *Diário Catarinense* traz uma reportagem especial tratando da visita do presidente Lula a Florianópolis, com a seguinte manchete:

(Passa a ler.)

"Lula em SC

Só de longe para ver o presidente" - a população não foi convidada.

O dono da festa não foi convidado. Este foi o sentimento de moradores do Maciço do Morro da Cruz durante a visita de Lula a Florianópolis. O acesso ao local dos discursos limitou-se a algumas lideranças e moradores, de movimentos sociais e políticos."

Evidentemente, deputado Gelson Merísio, se a presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, a ex-deputada Luci Choinacki, não foi convidada para fazer parte do palanque, é claro que a população não seria convidada para fazer parte do evento.

Não sou eu que estou dizendo.

(Continua lendo.)

"O povo ficou distante. Muitas pessoas sequer sabiam da vinda do presidente à Capital."

Diz a aposentada Maria Júlia Silva, 82 anos:

"Eu escuto rádio e vejo TV todo o dia. Mas não sabia que o presidente estava no nosso bairro." Moradora há 30 anos da Caieira do Saco dos Limões, mostrou-se surpresa ao saber que o PAC vai melhorar o dia-a-dia da sua comunidade.[...]"[sic]

O Sr. deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu vou lhe conceder um aparte, deputado Pedro Uczai, com todo o respeito que tenho por v.exa. Até porque v.exa., há 15 dias - e há que se fazer uma referência -, num ato promovido pelo governo do estado de Santa Catarina, quando da assinatura dos convênios das bolsas de estudo, estava na platéia, o cerimonial do governo do estado havia cometido um equívoco e o governador Luiz Henrique, respeitosa e, pediu que o cerimonial o chamasse para a mesa oficial. E até foi manchete de uma das páginas do jornal catarinense o afago ocorrido entre v.exa. e o governador Luiz Henrique da Silveira, e aqui dito por mim da tribuna desta Casa.

Ora, é claro que o presidente Lula não sabia o que estava acontecendo - e ele não é obrigado a saber, deputada Ana Paula Lima -, mas o cerimonial da Presidência tem que receber uma reprimenda por ter discriminado lideranças tão importantes de todos os partidos, mas, sobretudo, a população, que não foi convidada.

Mas concedo um aparte ao eminente deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Acho que o deputado Marcos Vieira está muito próximo do PT. Já deve haver alianças a vista nas eleições municipais. Acho que é Belo Horizonte influenciando aqui nesta Casa.

Mas, deputado Marcos Vieira, acho que há alguns detalhes da visita do presidente que não foram ditos. Eu achei bonita a manifestação do deputado Jailson Lima, da bancada do PT, elevando a liderança da Luci e do Fritsch, que deveriam estar no palanque. Agora, o fato de alguns moradores não estarem presentes ou não tomarem conhecimento da vinda do presidente não tira o grande momento de, nos 282 anos de história desta capital, um presidente ter vindo trazer o melhor presente para a população de Florianópolis. E não só para o Maciço do Morro da Cruz, mas para toda a cidade, uma vez que se vai investir nas comunidades em saneamento, água, habitação e qualidade de vida. Pela primeira vez na história desta capital está-se olhando para o morro com dignidade e com uma perspectiva de futuro.

Por isso a festa, o resto é detalhe! Agora a grande festa foi o presidente da República ter trazido um presente para o povo de Florianópolis, nos seus 282 anos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado Pedro Uczai, evidentemente com a mão estendida também do governo do estado e da prefeitura municipal.

Mas, para encerrar, devo dizer que, olhando na televisão, eu vejo que os que fazem parte do cerimonial da República são pessoas idosas, os seguranças são mais idosos. Daí eu me pergunto: será que elas são as mesmas pessoas que faziam parte do cerimonial há 20 anos, quando um presidente da República não gostava do povo, e sim do cheiro do cavalo? Será que esse pessoal está querendo afastar o presidente Lula da população? Eu não sei! E se for, presidente Lula, substitua esses seus seguranças, substitua o pessoal do cerimonial, porque o povo gosta de ver o seu mandatário maior!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Esta Presidência registra a presença do sr. Donilo Della Justina, ex-prefeito do município de São Ludgero.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, professores que nos acompanham nesta sessão ordinária da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina fazendo uma justa reivindicação salarial ao governo do estado que, em diversas campanhas eleitorais, prometeu honrar o seu compromisso com o magistério. E já está no seu sexto ano de governo e isso não aconteceu ainda.

Mas, srs. deputados e sras. deputadas, quando o deputado Marcos Vieira assoma à esta tribuna é só para criticar o governo do Partido dos Trabalhadores. Eu acho que ele é contra tudo e pegou o gancho, deputado Pedro Uczai, do deputado Jailson Lima, que fez manifestações contra o ministro Guido Mantega, o erro do cerimonial de não convidar a nossa presidente do Partido dos Trabalhadores. E houve um erro, sim! Vamos aqui aceitar e, de repente, corrijo-lo.

Mas ele não falou das coisas boas que aconteceram aqui em Florianópolis, deputado Marcos Vieira. O povo foi convidado, sim, para essa grandiosa obra do município de Florianópolis e do Brasil! Pena que a imprensa não proclamou que o presidente da República vinha aqui! Por que a imprensa também não falou que os professores estavam em greve na semana passada - e nem apareceu lá para mostrar? Por que não fala de um professor que fica dentro de uma sala de aula trabalhando 40 horas/aulas para ganhar R\$ 500,00? Por que a imprensa não fala isso?

(Palmas das galerias)

Fale isso, deputado! Venha aqui defender essas mulheres e homens que estão ensinando as nossas crianças e os adolescentes para que Santa Catarina seja um estado honrado! Mas, primeiro, o governador do estado tem que honrar a sua palavra com o magistério!

Então, deputado Marcos Vieira, antes de vir aqui falar do presidente Lula, antes de falar do governo do Partido dos Trabalhadores, v.exa. tem que olhar para o seu umbigo porque já foi governo federal!

(Palmas das galerias)

Agora v.exa. é governo do estado e governo nos municípios! Faça a sua lição de casa primeiro, porque o presidente Lula veio a Florianópolis para trazer um presente! E veja que o governo de Santa Catarina é do PMDB, senhoras e senhores, e o governo municipal é do seu partido, do PSDB, sr. deputado!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Então, o presidente Lula veio olhar, sim, para a população do morro do Maciço do Morro da Cruz! V.Exa. não estava no palanque? V.Exa. foi convidado! Mas quem estava no palanque, sr. deputado, eram os deputados federais - eu, com muito orgulho, estava representando as sras. deputadas e os srs. deputados da Assembleia Legislativa - e as lideranças desses morros, as 17 lideranças desse pessoal que mora no morro e que os governos desta cidade não olhavam! Quem olhou foi o presidente Lula! Quem olhou e disse que lá em cima não há água, não há luz elétrica...

(Palmas das galerias)

V.Exa. sabe que lá não há luz elétrica! O que há lá chama-se "gato", que é um rabicho! V.Exa. sabia disso? Suba ao morro, sr. deputado, que o esgoto está correndo a céu aberto! Foi por isso que o presidente Lula veio para cá trazer recursos. Antes de vir aqui criticar, v.exa. deveria ter a humildade de mostrar as coisas boas que estão acontecendo no nosso país e no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - V.Exa. já teve o seu tempo! Eu quero falar de tanta coisa boa, hoje! Deixe-me falar de coisas boas! V.Exa. está inscrito novamente.

Quero falar também, srs. deputados, que o estado de Santa Catarina tem 293 municípios e o ministro Hélio Costa trouxe também o anúncio da implantação de telecentros nos 293 municípios do estado. Isso é inclusão digital! Isso, sim, é governar para todo mundo!

E quando o presidente Lula veio para cá, deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus, foi para olhar para os desassistidos! foi para dividir o bolo em partes iguais para o pobre e o rico! Antes o pobre era esquecido!

Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, que quando ligamos a televisão para assistir ao *Jornal Nacional* é só desgraça! Antes eles diziam que o PAC estava empacado, que não ia acontecer nada. Agora que o presidente Lula está assinando as ordens de serviço, deputado Kennedy Nunes, eles estão dizendo que é obra eleitoreira. Mas ele não é candidato este ano! Quem tem que olhar isso da questão eleitoral é a Justiça Eleitoral! Ela tem que olhar para os prefeitos dos outros partidos, que estão pegando carona com o presidente Lula e fazendo campanha em cima das obras de reurbanização das favelas, como aquela que será inaugurada na minha cidade, Blumenau, na próxima sexta-feira! E é obra do governo federal, como há obras também em Florianópolis, Palhoça e em vários outros municípios.

Por isso que o DEM, "demo", D25, PFL - e não sei qual é essa crise de identidade que tem - e o PSDB estão desta forma: injuriados porque o Brasil está no caminho correto e está dando certo. E é dessa forma, quando o povo cresce junto, unido, que o Brasil e o estado melhoram. E a qualidade de vida tem que ser para todos!

Dessa forma, sras. deputadas e srs. deputados, mais uma vez, acho que o estado de Santa Catarina saiu ganhando, principalmente pela bellissima aula de história, deputado Edison Andrino, que tivemos nesta quinta-feira passada, no Terminal Saco dos Limões. E quero falar ao povo de Florianópolis que aqui nessa cidade há cinco terminais desativados! É dinheiro público! O Lula utilizou o Terminal de Integração do Saco dos Limões, que ainda não foi ativado, e a solenidade não foi feita em cima do morro para que as 17 comunidades beneficiadas pudessem ter acesso! E o povo nunca esteve tão próximo do presidente como dessa vez! E quanto aos acertos, nós estamos fazendo aos poucos!

(Passa a ler.)

"Então, pela primeira vez na sua história o Brasil cresce sem esquecer da maioria do seu povo. Crescemos, sim, dividindo o bolo.

Ao contrário do que previam os pessimistas de plantão e setores da mídia conservadora, que previam o caos no país com a chegada de um operário ao poder, o Brasil vai muito bem obrigado.

Sobre esse tema, tive acesso a um artigo, publicado na *Folha de S. Paulo*, assinado pelo senador Aloizio Mercadante, do PT, cujo título é muito sugestivo: Diziam. Escreve Mercadante, "Diziam que sua candidatura era culpada pela crise que havia tomado conta do país. Diziam, também, que caso fosse eleito, ele arruinaria a economia nacional. Afirmaram que ele faria o país regredir décadas. Para surpresa dos amedrontados e, talvez, decepção dos derrotados, o governo Lula não fez nada disso." Pelo contrário: ele está muito bem, obrigado. O piso nacional para os professores, que o governo Lula está dando, é de R\$ 950,00, o maior na história deste país!

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, servidores públicos em geral, especialmente do magistério aqui presentes, são muitos os assuntos que precisamos abordar.

Sr. presidente, o dever de ofício e da consciência nos obriga que falemos das contingências, como por exemplo, da Lei n. 254, pois ainda se espera a possibilidade de uma negociação. E parece que há uma determinação do governador Luiz Henrique da Silveira para não negociar com a Aprasc o plano de carreira que está congelado. São contingências que batem às nossas portas todos os dias sobre as quais temos falado aqui e não há como não fazê-lo.

Mas hoje gostaria de ler uma cartinha que recebi, do dia 10 de março.

(Passa a ler.)

"Exmo. sr. deputado estadual Sargento Amauri Soares

Nós, professores aposentados da rede pública do Estado de Santa Catarina, vimos através desta manifestar a nossa insatisfação frente à política salarial discriminatória e desumana do Governo Estadual. Esta política salarial prejudica de forma grave o plano de cargos e salários, a isonomia salarial, além de ferir a Constituição Federal, pois a Emenda 41 garante a paridade salarial de ativos e aposentados, conquistada pelo fato do funcionário público não ter direito ao fundo de garantia e agora querem acabar também com este direito.

Queremos lembrar aos nossos representantes eleitos que, ao se aposentar, o professor já está na 3ª idade ou próximo da mesma. As despesas triplicam, pois nesta faixa etária da vida, a maioria necessita de medicamentos, remédios, fisioterapia, empregada doméstica, alimentos especiais, assistência médica, etc. Lembramos ainda que os professores representam a maior categoria do Estado e temos família: esposo(a), pai, mãe, irmãs(ões), primos(as), filhos(as), sobrinhos(as), netos(as), etc. que têm direito a voto e com certeza nos empenharemos em dar o troco ainda este ano.

Solicitamos a Vossa Senhoria que repasse a nossa mensagem aos colegas deputados para que os mesmos não aprovem este Projeto de Lei e compartilhe também esta nossa indignação aos candidatos a prefeito dos municípios catarinenses. Pedimos a reposição salarial e incorporação do abono, pois desta forma todos serão contemplados.

Certos do empenho necessário, agradecemos a atenção.

Atenciosamente,

Departamento de Professores Aposentados do SINTE Regional de Criciúma."[sic]

Assinado por vários professores e professoras aposentadas.

Recebi também por e-mail outra carta da professora Alba Lúcia, que diz o seguinte:

(Passa ler.)

"Sabe me pergunto todo dia pq estou sendo castigada por ter adquirido uma alergia terrível, onde preciso estar tomando medicamentos direto, inclusive até vacina estou tomando?

Sabe pq estou falando isso? Pq o Governador, esta dando um premio (educar) para quem esta em sala de aula, mas dizer que eu estou sendo castigada por estar doente? Será que tenho tanta culpa assim?

Eu sei que existem profissionais que estão fora da sala por motivo banal, mas será que todos devem ser castigados por causa de alguns? Pq não posso ter os mesmos direitos daqueles que estão em sala? Não foi eu que escolhido ficar doente? Sendo que tenho mto mais despesas por ter que estar sempre em tratamento.

Você consegue me responder estas perguntas? Pense no caso de quem realmente esta doente e precisa destes R\$ 200,00 a mais. Leiam com carinho e quem sabe você poderá me ajudar... Quero confiar que realmente os deputados estão lutando por uma Santa Catarina melhor...

Obrigado!

(a) Alba Lúcia."[sic]

Ainda hoje recebi outra mensagem que veio da professora Denise, que está na mesma situação, ou seja, está doente e trabalhando, mas não está dando aula e não recebe nada.

Então, diante de toda essa indignação que está vindo até nós, sinto que precisamos falar sobre o assunto aqui neste Poder, ouvir e sentir essas necessidades e, sim, usar o poder que esta Casa tem para propor emendas, organizar e fazer o debate para que não cometamos essa injustiça de deixar os doentes aposentados...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero fazer, rapidamente, dois registros. O primeiro - e é sempre bom fazer uma reflexão sobre isso - é que ontem, deputado Silvio Dreveck, transcorreu mais um aniversário da famosa enchente de 74, em Tubarão. Há 34 anos uma tragédia assolou o sul do estado, mas dizimou o município de Tubarão e a região. Certamente, as vítimas nunca foram contadas, deputado, mas estima-se que

mais de mil pessoas tenham, naquela ocasião, perdido suas vidas, deputado Moacir Sopelsa. E no momento que se discute tanto essas questões ambientais, com matérias divulgadas na imprensa de Tubarão e da região no dia de ontem, são um tanto quanto preocupantes as previsões de novas catástrofes, se não houver investimentos por parte dos governos federal, estadual e municipal, nessa área.

Então, quero aqui registrar mais um aniversário dessa tragédia que assolou o sul do estado, que até hoje causa traumas na população, especialmente naqueles que viveram a tragédia. E é sempre bom que essa memória seja preservada para chamar a atenção dos governos, para que promovam investimentos, a fim de que novas tragédias não ocorram.

Quero também me associar aos cumprimentos dos deputados Edison Andriano e Romildo Titon, que pude acompanhar, mas não sei quantos mais já se manifestaram e certamente outros ainda irão fazê-lo, pela passagem dos 282 anos da capital dos catarinenses, comemorado no último domingo, dia 23. Cada um de nós é um pouco florianopolitano, porque pelo menos três dias da semana é aqui que vivemos com as coisas boas e com as coisas ruins da capital, especialmente a questão do trânsito que tem sido um dos maiores problemas e uma das maiores reclamações dos que aqui residem, exatamente essa área em que tanto se fala e pouco se faz. Com relação ao tal metrô de superfície da capital, o governador já mandou colocar até *outdoor* no primeiro governo. Mas o metrô continua igual a estrada do Faxinal. É o deputado Manoel Mota ouvindo os roncões das máquinas na serra do Faxinal e o governador ouvindo o barulho do metrô atravessando a ilha ao continente. Mas de concreto nada acontece e a cidade aí com tantos problemas acumulando-se.

Mas Florianópolis também tem muitas coisas boas. E ontem, deputada Odete de Jesus, teve a alegria de receber o título de cidadão de Florianópolis, com muita alegria, com muita humildade, deputado Flavio Ragagnin, que aqui também estava, além de outros deputados. Fomos oito os homenageados, dentre os oito agraciados com o título de cidadão, infelizmente uma já não está mais entre nós, uma vez que era a professora Elisabete Anderle, que havia recebido o título por unanimidade de votação na Câmara, no ano passado, mas, infelizmente, não viveu o suficiente para receber o seu título, falecendo na semana passada. Mas um dos seus filhos veio ontem receber o seu título de cidadã de Florianópolis, em nome da professora Elisabete Nunes Anderle.

Quero agradecer mais uma vez ao meu querido amigo vereador Dalmo Meneses, que foi o proponente, assim como aos demais vereadores, uma vez que esse título foi aprovado, deputada Ada De Luca, por unanimidade. Senti-me gratificado com a sessão da Câmara de 17 de dezembro do ano passado, quando me concedeu esse título e ontem, com muita alegria, recebi o título, numa grande sessão solene realizada neste plenário, deputado Dagomar Carneiro, presidida por um funcionário desta Casa, o vereador Ptolomeu Bittencourt Junior, que é o presidente da Câmara de Vereadores, numa sessão muito concorrida, muito prestigiada. Quero agradecer ao povo de Florianópolis que, através de seus vereadores, me concedeu essa honraria de poder chamá-los também de conterrâneos, mesmo que por adoção.

Por fim, quero falar sobre o problema da Engepasa. Deputados Pedro Baldissera, Kennedy Nunes e Reno Caramori, v. exa. que tem falado tanto sobre a questão desse grande negócio, dessa grande maracutaia que o governador está capitaneando que é a indenização da Engepasa. Isso é maracutaia da grossa, deputado Reno Caramori, pois a duplicação da SC-401, num total de 13 quilômetros, o governador diz que vai custar R\$ 1 bilhão, deputado Pedro Uczai. Isso é a maior maracutaia do universo, é um crime lesa-pátria e tem que ser preso quem pagar R\$ 1 bilhão por uma obra daquela, tem que ficar em prisão perpétua, tem que ir para um país que tenha prisão perpétua para administrador, porque isso vai ser a maior corrupção praticada no universo.

A BR-101, na sua duplicação, deputado Décio Góes, não custará mais que R\$ 5 milhões o quilômetro! Cinco milhões, deputado Jailson Lima, custa o quilômetro de duplicação da BR-101, com toda aquela infra-estrutura que tem que ser feita. Aqui na SC-401, por 13 quilômetros, o governador quer pagar R\$ 1 bilhão, deputado Pedro Uczai? Isso é negócio? Isso é corrupção, é fraude, é roubo! Isso é roubo, deputado Jailson Lima! Eu afirmo aqui e repito em tantas casas quantas me pedirem para repetir: isso é roubo e Santa Catarina não pode permitir.

E o que é pior, o governador Luiz Henrique da Silveira perdeu o respeito por Santa Catarina ao ser recepcionado semana passada, na casa do Álvaro Gayoso Neves, que é o dono da Engepasa. Vou ler a nota:

(Passa a ler.)

"O governador Luiz Henrique da Silveira, apresentou oficialmente Mauro Mariani ao empresário de Joinville, ou melhor, ao naco expressivo do PIB de Joinville. O encontro foi realizado na casa de Álvaro Gayoso Neves, dono da Engepasa, na noite de segunda-feira".

Deputado Kennedy Nunes, o governador levar o secretário de transportes, que é o responsável por esse negócio, na casa daquele que quer roubar o povo catarinense em R\$ 1 bilhão?! Isso representa um décimo do orçamento do estado em um ano, e aí o governador vai apresentar o seu candidato de Joinville na casa desse sujeito! Isso num país como os Estados Unidos, onde o governador de Nova Iorque teve que renunciar por conta de uma escapadinha, certamente num país como aquele, se um governador fosse levar o seu candidato de Joinville na casa do empresário que quer se apropriar de R\$ 1 bilhão, do dinheiro dos catarinenses, não teria só que renunciar, sairia do palácio num camburão para a prisão perpétua.

Quero fazer esta manifestação aqui, deputado Pedro Baldissera, mas peço desculpas pela falta de tempo e pela minha indignação. Mas vou voltar amanhã, quinta-feira, semana que vem e na outra, porque esse crime lesa-pátria nós não podemos permitir que se concretize.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Srs. líderes, por uma solicitação do deputado Gelson Merísio, líder do D25, esta Presidência indaga se o Democratas pode ocupar neste momento a tribuna.

(As lideranças aquiescem.)

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio, dentro do horário destinado ao D25, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, srs. deputados, prezadas deputadas Ada De Luca e Odete de Jesus, deputada Ana Paula Lima, inicialmente, quero agradecer a deferência feita pelos srs. líderes, uma vez que houve um equívoco da nossa assessoria com relação ao horário destinado ao nosso partido. E agradecendo essa distinção, quero assumir o compromisso de agir da mesma forma com qualquer outro partido, quando assim se fizer necessário.

Não poderia deixar também, desta tribuna, de fazer algumas considerações a respeito do pronunciamento que acabou de fazer a deputada Ana Paula Lima.

Em primeiro lugar, quero deixar muito claro que o nosso partido, hoje Democratas, ficou durante 25 anos com a mesma sigla e com uma única tendência. Respeitamos todos os partidos que abrigam dentro da sigla dez, 12 tendências - o que, na prática, significa um partido dentro do outro - porque não nos metemos no partido dos outros.

Quero deixar claro também que, após a mudança, o Democratas permanecerá por muitas décadas com o mesmo nome. O que existe, no processo de transição, é a procura da melhor denominação da sigla, uma vez que é um processo novo. Agora estamos testando a sigla D25 e tomara que ela seja consagrada como uma sigla que fortalecerá o Democratas, para que ele fique perenemente em nosso país.

No que diz respeito às colocações que a deputada Ana Paula Lima fez acerca da cidade de Florianópolis, dos problemas que a cidade tem, nós temos que concordar, até porque, deputada Ana Paula Lima, o prefeito, hoje, é de um partido aliado do seu governo, o PMDB, a quem nós respeitamos. E os ex-prefeitos que administraram a cidade pertencem a siglas que compõem o governo de v. exa., ou já compuseram o governo de v. exa. O partido que ainda não passou pela prefeitura da capital e que merece uma chance é o Democratas, que tem no nosso colega Cesar Souza Júnior uma pretensão legítima, justa, nova para fazer as transformações que a cidade precisa.

No que se refere às colocações feitas ao nosso partido, o Democratas, quero dizer que primamos, ao longo do tempo, por ter aqui uma conduta amistosa, uma conduta amiga com todos os parlamentares. E não será a questão eleitoral, não será a TPE - tensão pré-eleitoral -, que é justa porque cada um tem as suas preocupações no sentido de saber quem é candidato, quem tem chances, quem não as têm, que vai tirar-nos desse norte, desse caminho.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Fiz também questão de usar o espaço do nosso partido para que pudesse conceder ao deputado Marcos Vieira um tempo para que ele possa fazer as suas colocações, uma vez que a deputada Ana Paula Lima, em função da exiguidade do seu tempo, não pôde conceder-lhe o aparte, coisa que o faço neste momento.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Muito obrigado, eminente deputado Gelson Merísio, e quero fazer dois pequenos comentários.

O primeiro deles é de que na minha fala eu estava exatamente elogiando as palavras proferidas pelo deputado Jailson Lima, da tribuna desta Casa, quando criticou severamente o cerimonial da Presidência da República, que discriminou a presidente estadual do PT e outras lideranças importantes do Partido dos Trabalhadores, da mesma forma como foram discriminadas lideranças de outros partidos políticos.

Em segundo lugar, eu gostaria de fazer um registro sobre o que a deputada Ana Paula Lima disse com relação a conhecer ou não a realidade do Maciço do Morro da Cruz.

Quero dizer à eminente deputada que as obras são bem-vindas, pois são obras sociais importantes. Talvez essa seja a maior obra social implantada no Maciço do Morro da Cruz, que vai desde a antiga fábrica da Coca-Cola até o Morro da Penitenciária. Mas eu tive, na juventude, o prazer de participar da construção de uma obra monstruosa, que foi a colocação de água nos morros de Florianópolis. Tanto é verdade que no pastinho, lá em cima, no Morro da Caixa d'Água, temos uma caixa d'água com mais de 50 mil litros instalada beneficiando toda uma comunidade. E agora, passados mais de 20 anos, quase 30 anos depois, temos uma obra social também de longo alcance para a sociedade que mora no Morro do Maciço.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Quero também deixar claro aqui, até porque temos na Casa representantes do Sinte e dos professores, e enfatizar que pessoalmente sou irmão e filho de professor e que é inegável que a categoria dos professores precisa continuar evoluindo com a sua escala salarial, que vem, nos últimos dez anos, crescendo mais do que a inflação, mas que é ainda imensamente menor do que deveria ser.

Agora, é também justo que se diga que o mesmo empenho que se tem para cobrar do governo do estado melhorias salariais para os professores da rede pública estadual, tem que se ter com os professores da Universidade Federal, que estão sem aumento há mais de dez anos, que estão eminentemente em estado de greve e não se vê aqui nenhum representante do governo. Quando são discutidas aqui as ações e os convênios do PAC, temos dez representantes do governo, mas quando é para falar dos professores da Universidade Federal, parece que eles não têm a mesma disposição.

Então, quero ratificar a necessidade que os professores têm de evoluir na sua escala salarial, da justiça desses pleitos e entender a dificuldade que os governos têm, tanto o do estado quanto o federal, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal e das dificuldades. Mas não posso deixar de enfatizar que a cobrança dada ao governo do estado tem que ser igual à cobrança dada ao governo federal.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Clésio Salvaro) - Srs. deputados, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, chega-me um requerimento assinado por todos os srs. líderes, solicitando que esta sessão seja suspensa por um tempo de até dez minutos, para ouvirmos o professor Donilo Ledra, que vai falar sobre um projeto que está tramitando na Assembléia Legislativa.

Convido o deputado Sargento Amauri Soares para que conduza até o microfone desta Casa o professor Donilo Ledra, que fará uso da palavra por até dez minutos.

(Palmas das galerias)

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) (Faz soar a campanha) - Retomamos à sessão ordinária e passamos de imediato à Ordem do dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente eu só gostaria de fazer um registro aqui, até porque, quando cheguei neste plenário, a assessoria da Casa me entregou a mensagem do excelentíssimo sr. governador lida para nós no início do ano. Mas eu disse à assessoria que já a havia recebido no dia em que eu estava aqui e ela falou que aquela não valia mais, o que estava valendo era esta. E eu, como jornalista, fui ver o que havia de errado entre esta e a outra mensagem do sr. governador.

Eu quero dar aqui a minha manifestação de repúdio ao dinheiro gasto dessa forma, porque não justifica ser entregue aos deputados novamente um caderno como este daqui que deve ter custado caro, simplesmente porque colocaram em cima do anterior uma mudança no primeiro parágrafo do discurso do governador quando ele esteve aqui. A mudança foi a seguinte: "Pela quinta vez consecutiva cumpro o disposto no inciso X do art. 171." E agora mudaram para o art. 71.

Não havia necessidade de os deputados receberem novamente mais um livro como este, só porque no outro era o art. 171 e agora é o art. 71. Era muito mais fácil enviar um papelzinho para cada deputado informando essa mudança, que colariamos em cima, no local do livro.

Por isso quero deixar registrado aqui esse desperdício do dinheiro público.

Era este o registro, sr. presidente. (Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário e que, de acordo com o Regimento Interno, não havendo recurso no prazo de três sessões, será arquivada a seguinte matéria: Projeto de Lei n. 0560/2007, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que institui a Semana Estadual de Doações de Medicamentos no estado de Santa Catarina.

Consulto os srs. líderes se podemos votar as Mensagens de Veto n.s 0451/2007 e 0568/2008.

A Mensagem n. 0451/2007 trata de veto total ao PL n. 0190/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que dispõe sobre proibição de restrição às pessoas eventualmente inscritas nos cadastros dos sistemas de restrição ao crédito por empresa, quando em processo de seleção para admissão no mercado de trabalho.

O SR. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o deputado Nilson Gonçalves, que é o autor da matéria e que teve o seu projeto aprovado em plenário e vetado pelo governador, não está presente na sessão de hoje. Por isso, em nome do deputado, solicito que seja colocado em votação na sessão seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Srs. deputados, como a ponderação do deputado Marcos Vieira é procedente, assim faremos.

A outra mensagem é a de n. 0568/2008, que dispõe sobre veto ao Projeto de Lei n. 0475/2007, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que autoriza os comandantes militares estaduais a adequar as escalas de serviços aos subordinados, de forma a permitir que todos possam frequentar os cursos de ensino médio, superior e pós-graduação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Sargento Amauri Soares, autor do projeto vetado.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu gostaria, da mesma forma, de solicitar a v.exa. e aos srs. líderes deputados, se for possível, que discutamos esse veto também no dia de amanhã, com a presença de mais deputados, com a presença do deputado Nilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Então, segundo a ponderação e o pedido dos deputados Marcos Vieira e Sargento Amauri Soares, as duas matérias ficam incluídas na Ordem do Dia de amanhã. V.Exas. estão de acordo?

(As lideranças aquiescem.)

Com a aquiescência das lideranças, assim procederemos.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Medida Provisória n. 0145/2008, de origem governamental, que concede Prêmio Educar aos servidores ativos ocupantes dos cargos de professor, especialista em assuntos educacionais, assistente técnico-pedagógico e assistente de educação do quadro do Magistério Público Estadual e aos professores admitidos em caráter temporário da secretaria de estado da Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, com a aquiescência de meu líder, deputado Silvio Dreveck - já discutimos este assunto hoje, na reunião almoço da bancada -, quero anunciar que a nossa posição em plenário será a mesma adotada na parte da manhã na comissão de Constituição e Justiça, quando as bancadas de Oposição, naquela comissão, nós e a bancada do Partido dos Trabalhadores, como também o PRB, da deputada Odete de Jesus - eu não sei como o deputado Sargento Amauri Soares vai votar -, com relação à questão da admissibilidade, vamos nos abster de votar. Assumimos, inclusive, compromisso com o líder do governo de permitir o quórum para a votação da admissibilidade, mas vamos nos abster porque o governo não atendeu a exigência legal mínima de encaminhar junto com a matéria o informativo, os números relativos ao impacto financeiro dessa medida.

Deputada Ana Paula Lima, a comissão de Constituição e Justiça não teve a menor possibilidade de fazer um debate mais aprofundado da matéria, porque nem sabemos quanto isso vai representar de custos para o estado. E o que defendemos é a posição do sindicato. Queremos que o montante desses recursos, que não sabemos de quanto será, seja convertido em percentual de reajuste para todos os servidores do magistério e para todos os servidores públicos.

Quero informar inclusive aos representantes dos sindicatos que aqui estão que a nossa assessoria jurídica concluiu hoje a Adin, que vamos impetrar contra o governo do estado por não cumprir o dispositivo constitucional da revisão anual dos salários. Há seis anos o governo não pratica a revisão anual dos salários, prejudicando especialmente o servidor aposentado, o inativo. No caso do magistério, aqueles que estão readaptados, que estão fora da sala de aula, que estão com licença para tratamento de saúde, para tratamento de membros da família, com licença para pós-graduação, mestrado. Enfim, há uma discriminação e um desmonte da carreira do magistério como nunca se viu neste estado.

Essa política infame de abonos e agora a reinvenção do pó de giz nessa nova gratificação que se pretende instituir é, como bem disse o deputado Pedro Uczai, um prêmio para alguns e castigo para uma grande maioria dos integrantes do quadro do magistério público de Santa Catarina.

Portanto, nós vamos, na questão da admissibilidade, nos abster da votação e no mérito, na semana que vem, nós, das Oposições, vamos encaminhar uma emenda substitutiva atendendo o pleito do sindicato, já que o governo não se sensibilizou com a proposta apresentada.

Ora, não dá para entender, deputado Pedro Uczai! O dinheiro terá que ser gasto via gratificação ou prêmio, como estão chamando. Convertam, então, isso em percentual, mas concedendo a todos os servidores.

Portanto, nós vamos nos posicionar assim, mas quero novamente concluir as professoras, os professores e os servidores públicos para aqui estarem, pois até o dia 11 de abril nós teremos que votar esta matéria. O prazo para votação em plenário é dia 11 de abril. Até o dia 11 permaneceremos em vigília, iremos nos mobilizar, trazer os catarinenses interessados nessa matéria a este plenário e a votação vai ser aberta, onde cada deputado terá de colocar o seu voto.

Este é um ano especial para pegarmos e levamos depois a folha de votação para cada região, para mostrar como cada deputado votou. É na pressão que a coisa funciona.

A nossa posição de bancada, portanto, é pela abstenção na admissibilidade da matéria, e no mérito vamos apresentar essa emenda que pretende corrigir essa injustiça do atual governo catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A bancada do Partido dos Trabalhadores, na comissão de Constituição e Justiça, também se manifestou não somente sobre esse projeto da medida provisória, de ausência de informações para deliberar. E não se pode, o Regimento Interno é claro, dar continuidade de tramitação a qualquer matéria de cunho financeiro, de natureza financeira se não tiver anexado ao próprio projeto o impacto financeiro.

Com o Iprev, nós não temos o cálculo atuarial. Olha o absurdo! Quem foi prefeito, que hoje é deputado e quem foi secretário de Administração hoje sabe que é impossível definir um fundo previdenciário sem cálculo atuarial. Nós não temos e está lá sem isso.

O Prêmio Educar não tem impacto financeiro do que vai significar R\$ 100 agora em março e R\$ 100 em agosto, na folha de pagamento, no conjunto dos servidores da educação e do próprio estado. E está definido que votamos aqui o Orçamento este ano.

Como estou relatando, o PLC 49 cria gratificações a um monte de cargos comissionados e chefias, mas não temos o impacto financeiro de todas aquelas leis que estão suprimindo e estão incluindo novas gratificações.

Por isso nós estamos insistindo ao líder do governo, que tem, com certeza, feito um esforço neste sentido, que peça ao governo que encaminhe a esta Casa o mínimo, porque daqui a pouco vai ser inconstitucional fazermos leis autorizativas, mas não é inconstitucional, não é ilegal analisarmos projetos sem impacto financeiro.

Como é que um deputado da base do governo vota a favor sem saber, sem informação de qual é o impacto? Ou a base do governo tem informações que nós não temos! Com certeza também não tem.

Por isso nós vamos encaminhar pela abstenção, para dar condição legal e quórum aqui para votar a admissibilidade. E no mérito é um pouco nessa direção que o deputado Joares Ponticelli coloca, que a Oposição tem que propor aqui.

Nós não fazemos somente críticas, não vamos somente nos opor aqui. Mas queremos que continue sendo respeitado o conjunto dos servidores da educação no estado, porque a qualidade não se dá só num espaço da Educação, mas no conjunto de uma política pública. E é nessa direção que nos posicionaremos.

(Palmas das galerias)

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. já foi secretário da Agricultura. E vejo profissionais da Epagri motivados. Então, por que elogiamos a Epagri? Porque o servidor de graduação de ensino superior que entra hoje, dia 25 de março, na sua carreira, ganha R\$ 2.300,00. E vai chegar no final de carreira com a possibilidade de receber até R\$ 4.500,00. Um servidor da Epagri que sai da graduação para a pós-graduação poderá chegar, no final da carreira, a R\$ 5.500,00. Um profissional da Epagri que faz mestrado, que entrou com um concurso de graduação, termina a sua carreira com possibilidade de receber até R\$ 6.500,00. Um profissional da Epagri que fez graduação, que entrou com o concurso de graduação, fazendo doutorado, termina a sua carreira com a possibilidade de receber até R\$ 8.000,00. Isso motiva um profissional a estudar, qualificar-se, especializar-se. Por isso é que existem profissionais sérios na Epagri.

Portanto, queremos ver, cada vez mais, os profissionais da Educação valorizados e no final de carreira com salário, com dignidade, porque está virando castigo aproximar-se da aposentadoria. Por isso, temos que nos abster neste momento, e no mérito os deputados da base do governo têm que ajudar para ter coerência na política pública. É esse o encaminhamento da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, os colegas da Oposição que me antecederam, deputados Joares Ponticelli e Pedro Uczai, assim como esta deputada, não irão votar, vamo-nos abster da votação. Isso já foi deliberado, temos um acordo fechado, porque não podemos admitir tal gesto, sr. presidente.

Os professores inativos merecem seus prêmios também, são pessoas que plantaram, que geraram e que contribuíram muito em prol da sociedade catarinense. Não podemos admitir tal gesto. Queremos que todos recebam o prêmio. Esse é o nosso posicionamento. Posteriormente, estaremos elaborando uma emenda conjunta, que o Sinte está apresentando, e iremos trabalhar em cima disso.

Então, sr. presidente, como integrante do magistério público estadual, vou me abster. Sou uma professora, lutadora da classe e, portanto, não posso admitir tal gesto. Como defensora do Magistério Público estou repudiando essa atitude e vou me abster de votar aquilo que causa mal aos meus colegas professores.

Muito obrigada!

(Manifestação das galerias)
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, o que temos a fazer aqui hoje é simplesmente cumprir mais uma etapa do rito legislativo, que é o da admissibilidade ou não da medida provisória em curso nesta Casa. O mérito da medida provisória será discutido nas comissões de mérito.

Nós temos as comissões de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto e é lá, no âmbito interno de cada uma dessas duas comissões que, efetivamente, se dará o debate acerca do mérito da medida provisória. Evidentemente, lá virá à baila quanto a repercussão financeira.

Aqui, no dia de hoje, só para deixar bem claro para quem nos assiste, não estamos votando a medida provisória, não a estamos transformando em lei, estamos votando a admissibilidade, sim ou não, para que ela possa ter prosseguimento aqui na Casa e para que lá na comissão de mérito possamos fazer a discussão devida.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Gelson Merísio - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gelson Merísio, líder do Demócratas.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Sr. presidente, gostaria apenas de deixar claro que vamos votar favoravelmente à admissibilidade. E é bom clarear as colocações feitas pelo deputado Pedro Uczai. O Iprev foi enviado para esta Casa sem regime de urgência e com o tempo necessário para o debate. O cálculo atuarial não veio para cá ainda porque está sendo confeccionado e ultimado, e o projeto só veio para que possamos ter mais tempo para conhecê-lo.

Aliás, há muita gente, parlamentares e líderes sindicais, contra o Iprev, sem haver lido o projeto encaminhado para a Casa. Então, muita calma e muita paciência, porque o Iprev não vai ser atropelado, vai ser debatido amplamente em nove reuniões regionais. E quando iniciarem já haverá o cálculo atuarial compondo o projeto, e não é projeto deste governo, é um projeto para o estado, e todos os partidos, todas as bancadas, têm interesse que seja bem discutido e elaborado.

Para deixar clara a nossa posição, vamos votar a favor da admissibilidade e discutir o mérito da matéria na hora oportuna.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estamos discutindo a medida provisória em sede, em foro de admissibilidade, de acordo com o que estabelece a Constituição estadual e o nosso Regimento Interno. Depois disso é que vamos tratar do mérito com a tramitação da matéria nas comissões pertinentes. Aí, sim, serão indispensáveis os dados da repercussão financeira com relação à presente concessão de prêmio concedido à Educação.

Só gostaria de salientar, sr. presidente, que no crescimento dos valores do salário de janeiro de 2003 até agora consta que em janeiro de 2003 R\$ 637,96 era o que percebia um professor com 40 horas no Magistério Estadual e que quando concedido o valor, fruto objeto da medida provisória, terá um reajuste de 109,70%, perfazendo um total de R\$ 1.337,75.

Não é o valor ideal. Não é o que nós gostaríamos de conceder.

(Manifestações das galerias)

No entanto, sr. presidente, é aquilo que é possível...

(Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência solicita a compreensão de todos e pede que deixemos as manifestações para o final.

Tem a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Só para concluir, sr. presidente. No entanto, se não é o ideal, é aquilo que é possível ser concedido.

Com relação aos inativos, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, há determinação do chefe do Poder Executivo, o governador Luiz Henrique, para que em 30 dias se ultimem os estudos para saber da possibilidade de concessão de melhoria para esse segmento tão importante dentro da Educação.

Por isso mesmo, sr. presidente, nós encaminhamos pela admissibilidade da medida provisória.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Tendo debatido, fui procurado. E ouvindo representantes do magistério, e consoante com nossa manifestação em tribuna anteriormente, acreditando que é possível transformar essa medida provisória em um projeto que possa contemplar minimamente os anseios do conjunto do magistério, inclusive naquilo que tem colocado o próprio sindicato, que há possibilidade de, com o mesmo recurso, atender o conjunto da categoria, incorporando o valor que for possível dos abonos que recebem, a nossa posição também é para manifestação individual pela abstenção nessa votação da admissibilidade.

Muito obrigado.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Está encerrada a discussão.

Em votação a admissibilidade da Medida Provisória n. 0145.

Os srs. deputados que aprovam admissibilidade da medida provisória, permaneçam como se encontram.

Aprovada por maioria, com a abstenção dos srs. deputados: Pedro Uczai, Décio Góes, Silvio Dreveck, Joares Ponticelli, Kennedy Nunes, Flavio Ragagnin, Reno Caramori, Pedro Baldissera, Jailson Lima e Sargento Amauri Soares.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0013/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0028/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0030/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0044/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0222/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0608/2008.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada está liberada, mas este deputado vai votar contra, porque essa associação tem fins econômicos que distribui bens aos seus associados.

Então, quero me manifestar, como já o fiz na comissão de Constituição e Justiça. Minha manifestação pública é contra a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Declarado voto contrário do deputado Pedro Uczai.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a redação final, com o voto contrário registrado.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0634/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0661/2008.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0018/2008, de autoria do sr. deputado Darci de Matos, que altera o parágrafo único do art. 1º da Lei n. 14.322, de 2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com os votos contrários do deputado Kennedy Nunes e da deputada Odete de Jesus.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0050/2008, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que altera a Lei nº 9.209, de 1993, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Vale Norte do Rio Itajaí.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em sede de segundo turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0357/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que Cria a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0077/2008, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0078/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0079/2008, de autoria do deputado Flavio Ragagnin, e 0080/2008, de autoria da deputada Odete de Jesus, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do sr. deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da ONG Soka Gakkai, parabenizando-o pelos relevantes esforços em favor da paz mundial.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito de Florianópolis, parabenizando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, parabenizando-o pela posse na presidência.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí, parabenizando-o pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, parabenizando-o pela passagem do Dia Estadual das Micro e Pequenas Empresas.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Caçador, parabenizando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Camboriú, Seara, Araquari e Araranguá, parabenizando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Cordilheira Alta, parabenizando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Campos Novos, Florianópolis, Caçador e Ponte Alta do Norte, parabenizando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Campos Novos, Macieira, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul, parabenizando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria e aos funcionários da Malwee Malhas, parabenizando-os pelos 102 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos proprietários do restaurante Bistrô do Jardim, de Florianópolis, parabenizando-os pelas instalações e pelo atendimento realizado naquele estabelecimento.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Capivari de Baixo e Sangão, parabenizando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e ao vice-presidente do Hospital de Caridade de Laguna, parabenizando-os pelos 153 anos de sua fundação.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor da Associação de Promoção e Educação Tubaronense, parabenizando-o pelo lançamento do livro histórico *Aproet*.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos diretores e formandos do Curso de Secretariado Executivo, da Unisol de Imbituba, parabenizando-os pela formatura.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Anchieta, Jardínópolis, Turvo, Indaial, Florianópolis e Caçador, parabenizando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador Cláudio Barreto Dutra, parabenizando-o pela posse na vice-presidência do TRE.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador João Eduardo Souza Varella, parabenizando-o pela posse na presidência do TRE.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do sr. deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao cônsul de Cuba e ao dos Estados Unidos, e ao presidente da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, solicitando a revisão do julgamento dos cubanos condenados em Miami.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Com a aquiescência do deputado Pedro Uczai, gostaria, com muita satisfação, de subscrever essa moção.

(O autor aquiesce.)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, v.exa. passa também a subscrever a moção.

Moção de autoria do sr. deputado Jailson Lima, a ser enviada à Câmara Federal, solicitando apoio ao Projeto de Lei n. 2.549/2007, e parabenizando o deputado Jorge Mudalen pela autoria do mesmo.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Petrobras, ao Comitê do Itajaí e à Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí, parabenizando-os pela conquista do Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Recuperação de Áreas Degradadas - Setor Público.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Moção de autoria da sra. deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Univali, parabenizando-a pela conquista do Prêmio Expressão de Ecologia na categoria de Tecnologias Inovadoras Aplicadas ao Meio Ambiente.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Pedido de informação de autoria do sr. deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Administração, solicitando informações sobre o contrato de fornecimento de combustível para atendimento das Polícias Civil e Militar no município de Içara.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Pedido de informação de autoria do sr. deputado Jailson Lima, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre os professores estaduais afastados para tratamento de saúde.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.
Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, gostaria de fazer aqui algumas ponderações que dizem respeito à medida provisória do governo do estado de Santa Catarina que trata do Prêmio Educar aos servidores do nosso estado.

Inicialmente, quero aqui trazer presente que a nossa prefeitura do município de Guaraciaba poderia servir, neste momento, ao governo do estado de Santa Catarina como um instrumento para contribuir e ajudar na perspectiva da valorização do servidor público e, de maneira muito especial, dos nossos educadores e educadoras.

Digo isso porque dentro de toda uma caminhada, que perfaz basicamente 16 anos, tem-se construído junto aos servidores e servidoras da educação um plano de cargos e salários desses profissionais. Deputado Reno Caramori, fui prefeito por duas vezes naquela cidade, reconheço. Ao mesmo tempo, também tenho a obrigação de trazer presente nesta Casa o que tem sido construído ao longo desses anos.

Eu me orgulho de falar que a nossa prefeitura tem todo um plano de cargos e salários dos profissionais em Educação. O menor salário, para professores pós-graduados, para 20 horas das séries iniciais, é de R\$ 921,76. Eles estão iniciando como educadores. De 5ª a 8ª séries o vencimento é o mesmo, para 20 horas. Para professores de 40 horas, no fim da carreira, recebem R\$ 3 mil líquidos, livres de todo e qualquer encargo.

É claro que se fez um amplo debate com os interessados e as interessadas, que são os nossos educadores e as nossas educadoras, e chegou-se a isso.

Então, orgulho-me em trazer isso presente, porque é dessa forma que vamos construindo as políticas públicas, e nessa questão a política salarial digna, justa, àqueles que dedicam a sua vida ao serviço público, ao atendimento das pessoas, principalmente, na sala de aula, na caminhada da educação. Eles merecem, sem dúvida nenhuma, todo respeito.

Nesse sentido, isso serve como instrumento para que o governo possa avançar. É preciso que os servidores públicos do nosso estado, e aqui os nossos educadores e educadoras, tenham, sim, um plano de cargos e salários para que, diante das especializações que vão tendo, possam acessar incentivos e ter uma gratificação melhor, um salário melhor. Ai nós deixaríamos de receber inúmeras cartas de educadores aposentados, lamentando a situação do seu momento de vida que estão enfrentando.

Eu tenho recebido inúmeras cartas retratando a real situação que vivem esses profissionais que historicamente dedicaram a sua vida a educar, preparar pessoas e que, infelizmente, encontram-se numa situação desassistida e abandonada. É preciso rever isso. E não tem que ser um programa, um projeto só de governo; tem que ser um projeto de estado. Então, não adianta ficarmos criticando esse ou aquele governo. Os governos, sejam eles municipais, estaduais ou federal, passam. E se não tivermos a ousadia de implementarmos as políticas públicas - e nesse caso um plano de cargos e salários -, certamente vamos continuar vivendo esse momento ao longo de toda a história, de toda a caminhada e de toda a vida pública, independentemente do ente ao qual pertencemos.

Acho que é o momento certo para que possamos refletir, pensar e buscar uma ação que possa profundamente contemplar os nossos educadores e educadoras.

Então, nesse sentido, quero deixar este registro na tarde de hoje, aproveitando a oportunidade para trazer uma experiência concreta, real, que está dando certo e que não está comprometendo as finanças da prefeitura. Muito pelo contrário, porque isso ajuda a movimentar a economia do próprio município. É um dinheiro a mais que vai girando, movimentando a economia, gerando renda e, automaticamente, qualidade de vida para o nosso povo, para os cidadãos e as cidadãs. Automaticamente esse recurso movimenta a economia. E como consequência teremos outras realidades sendo construídas, como por exemplo a geração de renda e de qualidade de vida para as nossas pessoas.

Portanto, era isto que queria deixar registrado, sr. presidente, na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, antes de iniciar a minha fala, quero registrar a presença de líderes da comunidade de Luizinho, da região de São Joaquim, que hoje nos visitam e acompanham os nossos trabalhos na Assembléia Legislativa. E dou também as boas-vindas ao líder, que já foi vereador naquele município.

A minha fala, hoje, será, sr. presidente, sobre a presença do presidente Lula no estado de Santa Catarina, na última quinta-feira. Até quero dizer que iria responder ao deputado Joares Ponticelli. Mas como ele não se encontra presente,

vou procurar responder quando ele estiver no plenário, na sessão de amanhã. E espero conseguir responder a s.exa., às suas provocações, que nem sempre são verdadeiras, às vezes, são meias verdades e outras, inverdades por inteiro.

Quero falar, deputada Ada De Luca, de política da paixão, não simplesmente da política partidária, do partido "a" ou do partido "b", mas da paixão da Política, com "p" maiúsculo.

Quando da vinda do presidente da República, do presidente Lula, mesmo não sendo na minha região, na serra catarinense, fiz questão de estar presente aqui, em Florianópolis, e acompanhar a sua visita ao nosso estado, pela importância do presidente da República, da sua pessoa, o Lula. E o que vi lá? Vi um ato de grandeza Política, com "p" maiúsculo, daquele palanque eclético, com pessoas de vários segmentos partidários, de várias filiações partidárias, que me chamou a atenção, de uma grande parceria - e é isso que nós defendemos - do governo federal, do governo do estado e do município, num grande projeto que, tenho certeza, deputado Professor Grando, ex-prefeito de Florianópolis, vai servir de modelo para o Brasil, qual seja, o projeto do Maciço do Morro da Cruz.

Tenho acompanhado, desde os meus tempos de Brasília, o Lula como deputado e agora como presidente. E o que me chamou a atenção, deputado Flavio Ragagnin, foi a evolução da figura, da pessoa Lula. Como cresceu o cidadão Lula. Eu, assim como muita gente, duvidava de toda essa evolução e crescimento do Lula.

Às vezes, as pessoas que cercam o presidente não conseguem acompanhar esse seu crescimento, essa evolução do cidadão Lula, que nos chamou a atenção. Deputada Ada De Luca, tenho de fazer o registro que isso me chamou a atenção no nosso presidente da República. Fiz questão de ver de perto o presidente, em sua visita ao nosso estado. E registro o crescimento e a evolução do cidadão Lula. Também quero aqui responder, uma vez que foi mencionado, sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, que alguém ficou fora do palanque. É importante dizer, para que fique claro, que acho que é muito pouco importante estar ou não no palanque nessa visita do presidente Lula. Creio que o mais importante é a grande ação em conjunto do prefeito Dário Berger, do governador Luiz Henrique e do presidente Lula, pelo Maciço do Morro da Cruz, um projeto fantástico.

Quero aqui só esclarecer que todo o cerimonial - e também não tem importância, mas é bom registrar - da visita do presidente da República não é feito pela Casa Militar do estado de Santa Catarina, do governo do estado, que só acompanha e auxilia. Quem faz o cerimonial da visita do presidente da República é a Presidência da República. Digo isso para que não venham confundir, ou às vezes misturar, como uma questão política a não-presença de alguém no palanque do presidente. Pois lá estavam vários deputados: o Pedro Uczai, eu e o Professor Grando, assim como vários outros deputados estaduais. Nenhum desses deputados sequer foram citados, e isso não os incomodou em nada.

O que me alegrou na visita do presidente Lula foi essa grande ação que vai servir de modelo para o Brasil. E temos que registrar aqui, sr. presidente e srs. deputados, a presença do presidente em território catarinense, para uma grande e boa ação, que foi a parceria, mostrando a maturidade de fazer política. Não fazendo política sozinho, não querendo levar o mérito sozinho, mas dividindo com o governo federal, com governo estadual e com a prefeitura um projeto do bem que vai ajudar muita gente no Maciço do Morro da Cruz.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Elizeu Mattos, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e, mais uma vez, bater na mesma tecla de que não devemos nos ater a coisinhas pequenas, quem está no palanque e quem não está, e sim ao ato de grandeza dos três Poderes: federal, estadual e municipal, porque senão também nada aconteceria.

Portanto, temos também que ressaltar e elogiar a boa vontade do prefeito de Florianópolis, sr. Dário Berger, do governador Luiz Henrique e do presidente Lula, eis que foi uma honra recebê-lo em nosso estado. E, por sinal, o discurso dele foi uma oratória.

Muito obrigada e parabéns mais uma vez!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputada Ada De Luca, não tenho uma procuração para defender o presidente Lula nem ninguém, deputado Sargento Amauri Soares, e ele não é sequer do meu partido para fazer esse elogio e essa defesa. Mas é preciso dizer que chamou bastante a atenção dos brasileiros e catarinenses a evolução do cidadão Lula, o jeito que ele está aprendendo. E está mostrando aquilo que ele discursava: fazer política para todos, tentando melhorar a vida de todos nessa parceria.

Por isso, usei a tribuna, hoje, para fazer o registro desse grande projeto. E aqui vale também ressaltar o empenho da equipe, sr. presidente e srs. deputados, do prefeito Dário Berger, sendo que elaborou um projeto no momento certo e está tendo o apoio dos governos estadual e federal.

Eu só quero registrar - e não vou ocupar todo o meu tempo - e fazer justiça à visita do nosso presidente da República no estado catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados e companheiras deputadas, vamos falar neste momento de toda nossa luta política, de todo o nosso trabalho, inclusive correndo risco de vida, quando o nosso partido era considerado clandestino, nas épocas de verdadeiras escuridões, como assim podemos chamar, em que sobrevivemos lutando pela democracia.

Lembro perfeitamente que no antigo Partidão, o Partido Comunista, no qual está a nossa origem, lutávamos, já nos idos de 1968 - e eu como presidente do Grêmio Nilo Peçanha, da Escola Técnica, ainda estudando -, por uma palavra que dificilmente as pessoas conseguiram entender: unidade. É a unidade se faz não com quem pensa igual, mas com quem pensa diferente. Essa é a dificuldade de entender, porque isso não envolve um pensamento linear, mas, sim, um pensamento dialético. Como é que se faz a unidade justamente com quem pensa diferente? É quando temos um objetivo maior. Esse objetivo maior as nações já estabeleceram, que é o combate à pobreza. Mesmo sendo de partidos diferentes, os nossos objetivos nos unem para poder atender as comunidades mais carentes, e não importa a religião, o partido político, o time de futebol, porque ali estão seres humanos que precisam da maior respeitabilidade e dignidade. E isso só quem pode fazer é a política, porque se a política federal, estadual ou municipal não estiver presente lá nas regiões mais carentes, o narcotráfico estará presente, a ditadura do narcotráfico estará cooptando os jovens, desagregando famílias, com temor, medo, governando e fazendo o que bem entende.

Ora, srs. deputados, se lutamos tanto pela redemocratização deste país, pela participação popular deste país, não há gesto mais nobre do que a vinda do sr. presidente da República para esse ato no Maciço do Morro da Cruz, nas 17 comunidades. E lá estava presente o ministro Márcio Fortes, do PP, e até somos adversários no estado, estavam representantes de todos os partidos designados do próprio PT, como a Dilma Rousseff, o nosso governador Luiz Henrique da Silveira, o presidente da República. E estavam lá também, compondo esse palanque, os 17 líderes comunitários, que são as pessoas mais importantes dessas comunidades.

Muito bem falou o padre Wilson, representante da comunidade toda, quando disse: "Temos que superar as nossas diferenças, pois temos muito mais semelhanças do que diferenças, e nos unir". Foi um gesto bonito, porque lá estavam todos os partidos e todas as comunidades. E posso dizer com orgulho que por mais de 15 anos morei no Maciço do Morro da Cruz, tanto no antigo Morro da Caixa, o Mont Serrat, quando era um humilde e simples estudante da Escola Técnica, quanto no Morro do Céu, quando começamos a dar aula como professor na Escola Silveira de Souza, na Escola Padre Anchieta, cujos alunos eram dessa região.

Lá, pude conhecer praticamente todas as famílias que tinham os seus filhos estudando nessas escolas, bem como daqui, do Celso Ramos, que vinham do Morro do Mocotó e de toda a região do alto do penhasco. Posso falar nos morros, porque vim dos morros, fui vereador, e como tal tinha trabalhado com essas comunidades. E como prefeito, o meu primeiro ato foi colocar os ônibus no morro para dar a eles

dignidade de ir e vir. Como é que uma cidadania pode ser completa, se não tem o direito de ir e vir? Então, todos os morros têm ônibus, sim. Fizemos o Cestão do Povo, para que as pessoas pudessem comprar tudo com o mesmo preço. Pegavam suas sacolas e subiam os morros de ônibus. E colocamos um ônibus especial com sistema de freios nas quatro rodas. Por isso, até hoje nunca houve um acidente. Inclusive, na época em que estávamos colocando o ônibus, os empresários eram contra. "Vocês não estão vendo que há uma demanda para ser atendida? Estamos gerando empregos, dignidade." Aí diziam que esses ônibus tiravam o passageiro que pega o ônibus no pé do morro. Assim mesmo, colocamos o ônibus em cada região desse morro, passando por vários morros, subindo e descendo. Tanto que depois até se fizeram músicas que são muito cantadas: "Morro abaixo todo santo ajuda; agora, morro acima quem botou ônibus foi o Grandão." Mas não só fizemos isso, como integramos, porque descobrimos algo fantástico: só quem visita as pessoas dos morros é o próprio pessoal do morro e com o ônibus ficou mais fácil, houve a integração das famílias.

Vejam bem, srs. deputados, como as autoridades não se comprometiam com o povo, pois quando iniciamos nosso trabalho na prefeitura tínhamos o ônibus que saía do centro e ia até a universidade, pelo Saco dos Limões, e voltava; outro ônibus ia do centro até a universidade, passando pela Trindade. Então, os ônibus iam e voltavam. E o que fizemos? Fizemos o ônibus dar a volta pelo Maciço do Morro da Cruz. Passamos a ter ônibus a cada três minutos, com o mesmo número de veículos: os que iam pela Trindade passavam pela universidade, voltavam pelo Saco dos Limões e chegavam ao centro. Os que iam do Saco dos Limões passavam pela Trindade e chegavam até o centro. Isso tudo sem gastar recursos, com a participação da administração pública. Fizemos lugares onde os ônibus poderiam fazer a volta, manobrar.

Então, quem entende de morro diz que em morro hoje não se sobe mais, que em morro só se desce, porque para subir basta pegar o ônibus. E para descer pode ser a pé. Aliás, quem inaugurou a primeira linha de ônibus no morro, que é a de Mont Serrat, antigo Morro da Caixa - e que casualmente tinha o número 113 -, foi o companheiro Lula. Nós subimos juntos e descemos a pé, conversando com todas aquelas pessoas que, naquela noite, acompanharam-nos na caminhada.

Srs. deputados, na última sexta-feira, recordamos como é importante o mundo avançar na sua luta. Realmente foi demonstrado que havia a memória histórica de que era possível continuar melhorando as condições de vida nos morros, fazendo a revitalização, sim! Se tiver bondinho, ótimo! Porque tão digno quanto qualquer cidadão são as pessoas que moram no morro. Terá teleférico, sim, e bondinhos também, porque isso faz parte de projetos que já existem em outras cidades e é comum. O bondinho, o teleférico, não será construído na Beira-Mar, ou onde é plano, ele existirá no morro. Quiçá já comece a se inaugurar agora, neste ano.

Existe o avanço do saneamento nos morros, que também fizemos e que agora será melhorado, a questão das vias públicas, a questão da parte elétrica, enfim, todos os direitos que o cidadão tem. Ele não se está negando inclusive a pagar por esse serviço, mas é um direito seu. Principalmente quando o Lula usa uma frase que tem dito algumas vezes e as pessoas não entenderam: "O pobre pede pouco". É uma frase verdadeira! E só quem foi administrador e viveu na pobreza conhece isso. O pobre só quer legalizar o terreno da sua casinha, não importa a metragem. Inclusive, aqui, nesta cidade, tivemos que mudar o plano diretor, porque ele só permitia a legalização de 300 metros quadrados. Então, vejam quanto avançamos hoje na questão da legalização da ocupação desses terrenos, onde o pai mora na frente, e o filho dele, com a nora, mora atrás, o que é uma característica de Florianópolis, e isso poderá ser legalizado.

O maior proprietário de Florianópolis é aquele desconhecido, são as pessoas que moram nessas regiões. E digo mais: as pessoas moram no morro porque não podem morar em outro lugar, não podem viver em outro lugar; se pudessem, estariam na Beira-Mar. Agora, a função do governo é governar da cobertura até o morro, é atender todas as cidadanias. Os nossos morros, como o Maciço do Morro da Cruz, como outras comunidades carentes, já tiveram vitória, ajudaram a construir uma cidadania, mas precisamos avançar mais. Isso é importante, porque teremos uma cidade mais feliz, uma cidade cujo título conquistamos como sendo a capital com a melhor qualidade de vida.

Isso nos orgulha, assim como de ter sido prefeito, de ter começado essa transformação. Mas precisa muito mais. E os três Poderes têm que se encontrar e fazer as parcerias, estar no mesmo palanque, porque quem ganha é o povo. E é por isso que existimos como políticos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar, em Explicação Pessoal, o nobre deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, este plenário há uma hora estava lotado de funcionários públicos e, a maioria, oriundos da Educação. Com certeza absoluta, as reivindicações feitas por eles entendemos e aceitamos como justas, não tenho dúvida nenhuma disso.

Mas nesta tarde aqui se ouviu de tudo, enquanto essa galeria estava lotada. O deputado Joares Ponticelli, que se diz, e é, oriundo da Educação, veio aqui nesta tribuna como faz diariamente, semanalmente, no meu entendimento, fazer um discurso demagógico. Porque se ele é da classe, como realmente é, e está estudando o lprev, está estudando a medida provisória, porque faz parte de uma das comissões mais importantes desta Casa, não que as demais não sejam, mas essa, sim, pois analisa a legalidade jurídica de todos os projetos oriundos tanto do Executivo quanto do Legislativo...

Srs. catarinenses, pena que não estão mais aqui os srs. professores e os funcionários. Digam-me em que momento o deputado Joares Ponticelli apontou algum artigo, algum parágrafo do Iprev que não estava em consonância com o pensamento dele e apresentou aqui uma proposta de alteração para toda a sociedade de Santa Catarina saber. E aqueles que vêm aqui embalados, bem colocados - e reitero o que disse o deputado Gelson Merísio -, muitos não tiveram acesso e não têm acesso, mas muitos que tiveram acesso ao projeto de lei do Iprev não o compreenderam com certeza absoluta, porque não é fácil, srs. deputados, compreendê-lo.

Srs. deputados, desde o dia em que esse projeto veio para as minhas mãos e para a mão da maioria dos srs. deputados, tenho me debruçado sobre essa matéria. E ontem recebi um telefonema da área da Polícia Civil, querendo saber se quem já possui 25 anos de carreira na Polícia Civil seria prejudicado. Mas para dar a resposta tenho que saber o artigo da lei anterior que o amparava nessa situação. Ai fui pesquisar hoje para poder dar a resposta a quem me fez a pergunta na manhã de ontem.

Essa história, deputado Joares Ponticelli, de que a minoria está vigilante, é demagogia, no meu entendimento. Quanto a essa minoria dita por v.exa - e não sei se fala em nome da maioria da Oposição -, a minoria vigilante, v.exa. ainda não falou em nome dela sobre o que precisa ser reparado pelo governador do estado de Santa Catarina ou pelos que estão analisando o Iprev e tantos outros projetos de lei.

Fazer política é isso, ou seja, dar clareza às pessoas que nos ouvem através desta tribuna, ou às pessoas que estavam aqui, muitos já fora das salas de aula há muito tempo, e que por uma circunstância qualquer não tiveram a possibilidade de poder ter na sua mão o projeto de lei do Iprev para analisar. E v.exa. vem embalando essas pessoas, lamentavelmente, na demagogia do que nada é perfeito. Mas saiba v.exa. que este governo vem tentando resgatar, em todos os níveis, a Educação do estado de Santa Catarina, buscando, tentando resgatar tudo aquilo que não foi possível fazer no primeiro governo, ou até nos outros governos também, que não foram do PMDB, que não conseguiram fazer.

Srs. deputados, sabemos que também é impossível fazer tudo num mandato só. O governador do estado de Santa Catarina - e isso tem que ficar esclarecido para a sociedade - está cumprindo um preceito constitucional na implantação do Iprev, sob pena de o estado ficar inadimplente com o governo federal. E tem que ser esclarecido à sociedade de Santa Catarina, inclusive nós, aqui, deputados, que somos os legítimos representantes do povo, que o nosso estado tem um rombo mensal de R\$ 80 milhões para pagar os inativos, os quais já deram, sim, a sua contribuição. E muitos de nós passamos na mão de muitos professores que estavam aqui hoje, assim como também muitos que por aqui já passaram, como tantas outras classes de funcionários públicos. Mas esse rombo que o governo vem cobrindo,

srs. deputados e srs. catarinenses, não foi só este governo que ajudou a fazer, não foi só ele! Mas ele está buscando uma forma decente de colocar em outras áreas, no decorrer do ano, R\$ 960 milhões, que é o valor que o governo do estado de Santa Catarina coloca para pagar salário de inativos. Então, temos que buscar uma solução! E essa solução o governo mandou para cá através de um projeto de lei.

Infelizmente, a demagogia do deputado Joares Ponticelli não contribui em nada. Vem para cá falar que o governador se reuniu com empresários para ajudar um candidato!? Isso não é verdade. E o estado recorreu daquela ação de indenização pleiteada pela Engepasa. Mas isso ele não fala! Isso é mentir para a sociedade! E existem muitas outras situações em que, às vezes, como deputado, sentado naquela cadeira, somos obrigados a chegar ao microfone e pedir um aparte, e tem que ser concedido, porque aqui está, para o chamar de descarado, que não fala a verdade realmente para a sociedade e que tem deixado a desejar. Em todos os momentos que s.exa. tem assomado a esta tribuna, tem vindo aqui para atacar o governo do estado e as pessoas. Que tipo de contribuição, como parlamentar, podemos ter nessa linha? De jeito nenhum, não estamos contribuindo para nada, nem ele.

Então, reitero que essa tal vigilância, realmente, da minoria é uma demagogia com o povo de Santa Catarina, para dizer que tentaram, mas que foram derrotados porque o governo tem a maioria. Não é verdade! Ser derrotado é apresentar aqui, nesta tribuna, porque as reuniões das comissões, internas, o povo não assiste em todos os momentos. O povo não tem oportunidade de acompanhar o que lá é debatido. E muitas vezes faltam às comissões. Aqui, sim, desta tribuna, era para trazer todos os pontos a respeito do Iprev e de todos os projetos de lei, para não ficar tudo guardado a sete chaves na discussão das comissões. Ai, sim, estaria ajudando a sociedade, ajudando os funcionários públicos deste estado a ter conhecimento de causa do que pode acontecer na vida deles.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado José Natal, na verdade, se não se achar ou buscar uma solução, daqui a dez anos, aquele mesmo que critica a busca de uma solução vai criticar pela falta de atuação no passado, por uma tomada de posição para que os aposentados consigam receber as suas aposentadorias. Porque o estouro da boiada, como se diz na serra, vai ser lá na frente, porque não vai haver dinheiro para pagar as aposentadorias. E daí quem vai responder?

O que estamos tentando fazer aqui, e que o governador encaminhou, não é um pacote fechado! É um meio de acharmos uma solução e um caminho que garantam e dêem tranquilidade ao aposentado, àquele que vai se aposentar, que vai ter a garantia de receber a sua aposentadoria após o seu grande trabalho prestado para o estado.

Isso tem que ser deixado claro, e o deputado Joares Ponticelli, às vezes, gosta de confundir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Mas é isso, deputado Elizeu Mattos, que temos que deixar claro para a sociedade de Santa Catarina e desmascarar, como se diz na língua popular, dizendo que não podemos assomar a esta tribuna para induzir a sociedade ao erro nem alguns outros deputados. Como v.exa. bem colocou, alguns desses que estavam aqui na tarde de hoje, se Deus quiser, daqui a 15 anos, ainda estarão recebendo os seus salários do governo do estado como pensionistas e venham a se arrependem realmente disso.

Então, o governo não está fazendo isso porque quer prejudicar a classe...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, ocupo pela segunda vez a tribuna no dia de hoje para falar também sobre um tema extremamente importante e que tem chamado a atenção da sociedade catarinense, pelo menos, nos últimos 15 meses, ou seja, durante todo o ano de 2007 e nos três primeiros meses do ano de 2008.

Vou falar um pouquinho sobre o balanço de verão nas rodovias federais e estaduais de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O trânsito em Santa Catarina transformou-se numa chacina. Infelizmente, as estatísticas não mentem, elas mostram a verdade.

No jornal *Diário Catarinense* do sábado passado, a matéria intitulada *Verão Sangrento* dá conta de que os acidentes mataram, srs. deputados e telespectadores, pelo menos três pessoas por dia durante os 90 dias de verão, deputado Flavio Ragagnin. É um dado estatístico que impressiona, que nos choca e que nos deixa extremamente preocupados.

O levantamento aponta os fatos ocorridos entre os dias 22 de dezembro do ano passado e 20 de março deste ano, e a conclusão é de que a maior parte das mortes ocorreu em BRs, nas rodovias mal sinalizadas e com manutenção deficiente.

Nas rodovias federais houve 3.743 acidentes com 2.341 feridos e 139 mortes. Mais uma vez, a BR-101, trecho sul, confirmou-se como a rodovia mais perigosa, com 40 mortes nos três primeiros meses deste ano. Nas rodovias estaduais os números foram também alarmantes. Foram registrados 2.493 acidentes, com 1.522 feridos e 64 mortes.

A Páscoa, que deveria ser um feriado familiar e feliz, mas virou outro *ranking* de tragédias. Além dos 40 quilômetros de congestionamentos que os motoristas tiveram que enfrentar na BR-101, sentido sul/norte, 14 mortes ocorreram nas estradas catarinenses. A maioria era com motocicletas."

Esses dados constam em matérias de jornais que me chegam às mãos.

(Continua lendo.)

"Feriado de Páscoa com 14 mortes" (*Diário Catarinense* de segunda-feira, dia 24 de março)

Um dos pontos mais críticos enfrentados pelos que se arriscaram a viajar de carro no feriadão foi a ponte de Navegantes, que tem sido uma constante nas manchetes de jornais, mostrando os engarrafamentos, como essa do jornal *Notícias do Dia*, do dia 17 de março: 'Domingo de filas na BR-101.'

Naquele ponto foi preciso muita paciência para enfrentar o congestionamento de até 50 quilômetros e os pequenos acidentes: batidas traseiras e engavetamentos. Incidentes que, se não acabam em mortes, aumentam o estresse e cada vez mais culminam em brigas ferozes e sem a civilidade no trânsito."

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Eu já vou conceder um aparte a v.exa., deputado Manoel Mota.

Tem sido uma constante vermos, ao ligarmos a televisão, imagens de agressões urbanas no trânsito. Recentemente, tivemos um caso aqui em Santa Catarina, na cidade de Chapecó, quando um homem agrediu a socos e a pontapés a frentista de um posto de gasolina.

(Continua lendo.)

"Como chegamos a isso? Além da precariedade das estradas, o excesso de velocidade, a imprudência e a impaciência ajudam a manchar as nossas rodovias de sangue. A situação é tão grave que a sociedade se reúne em torno do problema, os veículos de comunicação fazem campanha, o povo interpela os seus políticos, e os parlamentares desta Casa se reúnem neste fórum que vai debater as rodovias federais e estaduais em Santa Catarina." E agora há pouco, deputado Manoel Mota, eu, na condição de presidente, v.exa., na condição de vice-presidente, e o deputado Pedro Uczai, na condição de secretário, reunimo-nos para discutir um calendário de atividades do fórum que haverá de debater as rodovias federais e estaduais em Santa Catarina.

Mas concedo um aparte ao eminente deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Marcos Vieira.

V.Exa. está levantando uma questão importante e fundamental. Todos os feriados em Santa Catarina não são diferentes de outros lugares do país, pois somos o segundo com o maior índice de acidentes. É muita tristeza, muito desespero, porque ocorrem muitas mortes. Então, o usuário da BR-101 não tem as mínimas condições de segurança para trafegar na rodovia. Por isso estamos vivendo essa situação desastrosa.

V.Exa. está lendo a respeito do que os jornais divulgam sobre os acidentes no estado de Santa Catarina, em que 14 pessoas morreram. E quantos daqueles que vão para os hospitais gravemente feridos morrem?! Então, o número é assustador! Nós precisamos tomar algumas medidas. E além de tudo isso, a Polícia Rodoviária Federal tem que cumprir a determinação de fiscalizar a venda de bebida alcoólica, ficando menos policiais para prestar relevantes serviços no seu trabalho. E cada vez mais ocorrem acidentes por excesso de velocidade, porque os motoristas estão bebendo muito. Tem é que cassar a carteira do motorista que estiver dirigindo embriagado!

Quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Com certeza, deputado Manoel Mota, vamos ter muito trabalho durante este ano inteiro, quando da participação do fórum.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Concedo um aparte a v.exa., deputado Pedro Uczai, também participante do fórum.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Quero cumprimentá-lo e, na minha humildade, contribuir com esse fórum, para que consigamos não só diagnosticar a situação e a realidade das rodovias federais e estaduais como também apresentar proposições.

Esse feriado de Páscoa deu mostras novamente de que Santa Catarina continua nas páginas dos jornais e precisa de respostas. E as respostas não são mágicas nem ilusórias. Com seriedade e serenidade, temos que montar uma política pública e modernizar as rodovias com sinalização, com definição clara de velocidade. Segundo, temos que fazer uma fiscalização muito ostensiva e eficiente. E, em terceiro lugar, a estatística definiu que tem que reduzir o número de mortes em 5% no Brasil inteiro e 9,3% o número de acidentes, através da medida provisória de restrição do uso de álcool.

Então, não dá para jogar essa idéia de que tem que ser liberado o consumo de álcool. Temos que manter a restrição, aperfeiçoar a medida provisória e dentro dessas três direções melhorarmos a situação de segurança no trânsito. Eu vivenciei, inclusive, um acidente quando ia para Chapecó, em que uma criança de dez meses acabou falecendo por imprudência do motorista e outros por embriaguez. Por isso temos que evitar que isso aconteça novamente.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O fórum que vai debater a situação das rodovias federais e estaduais de Santa Catarina significa um compromisso selado com Santa Catarina; um momento para refletir sobre as verdadeiras causas desse fenômeno que mata mais do que muitas guerras.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Reno Caramori, com palavra o líder de Araranguá, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, como a galeria neste instante está vazia, evidentemente que o deputado Joares Ponticelli não está aqui. Se não tiver galeria para aplaudir s.exa., s.exa. não estará em plenário. Se não tiver galeria para s.exa. poder enganar e mentir, evidentemente que s.exa. não estará aqui para fazer aqueles discursos inflamados. Na verdade, os seus discursos são mais para artista de novela do que para pronunciamento de parlamentar que tem compromisso, ética e comprometimento com a verdade.

Ele disse que o maior roubo de Santa Catarina é a indenização que o governo vai pagar de R\$ 1 bilhão. O governador do estado de Santa Catarina falou que o que está tramitando na Justiça nesse valor é o pedágio que haveria até essa época. Quer dizer, está tramitando ainda na Justiça. Mas o deputado Joares Ponticelli, com um pronunciamento leviano, mesquinho, sem ética, sem moral, está tentando descaracterizar um homem de bem, querendo mostrar para a sociedade que é uma pessoa que vive buscando para si próprio alguns benefícios públicos. Mas em nenhum momento da sua história política o governador Luiz Henrique precisou disso, pois é um homem de bem. Ele não quebrou o Besc, ele não pegou R\$ 1 bilhão da Celesc, ele não fez nada disso. Quem fez foi o governo do eminente deputado Joares Ponticelli, que tenho chamado de caratoca, que é aquele peixe que belisca e desaparece, que é o que ele faz sempre. Vem aqui, faz o pronunciamento e depois some. Mas lá de cima, com certeza, ele vai olhar, para que tenha um pouquinho mais de responsabilidade e não seja tão leviano em seus pronunciamentos.

Quero aqui colocar uma matéria, para mostrar que alguns professores estão com a memória curta. Até o deputado Joares Ponticelli já esqueceu. Passou por ele e esqueceu.

Eu acho que o governo tem feito de tudo, junto com o secretário da Educação, para contemplar o professor que trabalha e que luta no dia-a-dia preparando uma nova sociedade para o futuro. Portanto, já chegou, com esse último benefício, a 94%, de 2003 para cá. Em agosto vai para 2009%. Vamos procurar no país se algum governador deu um índice mais alto do que esse.

Até quero aqui ler uma matéria muito interessante e chamar a atenção dos telespectadores da TVAL, dos ouvintes da Rádio Alesc Digital, para que fiquem sabendo quem são esses parlamentares que fazem os pronunciamentos fáceis e levianos para buscar aplausos. Só que, esquecem, eles mesmos, do próprio passado.

(Passa a ler.)

"Professores estaduais suspendem a greve", matéria que saiu no jornal "A Notícia", do dia 8 de junho de 2000. Quem é que estava no governo? O sr. Esperidião Amin, líder maior do sr. Joares Ponticelli, líder do governo nesta Casa.

Prestem atenção!

(Continua lendo.)

"Numa assembleia estadual tensa, de mais de três horas, reunindo aproximadamente mil pessoas em Chapecó, o magistério decidiu ontem suspender a greve e retomar as aulas a partir de segunda-feira, apesar de não ter obtido nenhum benefício imediato do governo ou garantia de reajuste, as principais reivindicações em 60 dias de paralisação."

Não deram nem satisfação e tiveram que parar. E prestem a atenção.

"A categoria, porém, vai continuar em 'estado de greve', realizando manifestações e reuniões com pais e alunos, com o objetivo de expor a defasagem salarial dos professores."

Prestem atenção!

(Continua lendo.)

"Pesou na decisão o desconto do salário de grevistas no mês passado" (isso em 2002) "e a possibilidade de novo corte em junho, caso a mobilização continuasse. 'Não é possível reconstruir uma greve sem salários, quando o professor está passando fome, e com o terrorismo que vinha sendo praticado desde o início da semana', completa Marta Vanelli, presidente do Sinte."

Então, significa que as memórias das pessoas estão curtas. Foram 60 dias de greve, penalizaram os professores, descontando todos os dias que eles estiveram paralisados e não deram um centavo sequer. Isso aconteceu no governo do deputado Joares Ponticelli, que veio aqui mentir, enganar, como se tivéssemos a memória curta.

O jornal que publicou essa matéria foi o jornal *A Notícia*. Eu não estou inventando! Ele, que fugiu do plenário, que venha aqui me desmentir! Está aqui o jornal *A Notícia*, de 2000. Quem era o governo? Era o governo dele. Quem era o líder? Joares Ponticelli. Eles trataram o servidor público como se trata inimigo. Durante todo o seu último governo, o que eles deram? Deram 28% durante todo o seu governo e trataram o professor com esse descaço que aqui está. Então, é muito prático vir aqui fazer um pronunciamento, quando os professores estão na sua euforia, querendo buscar mais e mais. Eles têm razão, porque merecem, precisam, mas eles têm que ver o que o governo do estado e o secretário da Educação estão fazendo pelo Magistério, pela Educação, aqui em Santa Catarina.

É preciso que a sociedade conheça esse cidadão que se elegeu para defender o povo e que na sua terra não faz isso, porque não levou, mesmo no seu governo, nada para a sua região de Tubarão. E parece-me que os seus projetos na Assembléia Legislativa são muito poucos ou quase nada, porque não apresenta nada para a sociedade.

O povo elege um político para buscar resultado, mas quando não busca resultado é um político que frustra a população. Não adianta vir aqui fazer falsos discursos, como se alguém não tivesse conhecimento de tudo o que se passou no seu governo. Quebraram o Besc, pegaram um R\$ 1 bilhão da Celesc e R\$ 1 bilhão do Ipsc. Cadê esse dinheiro? Onde está? Do Besc foram R\$ 2,100 bilhões. E aí vem aqui fazer maracutaia? Maracutaia é isso que estou apresentando aqui, e foi no seu governo! Maracutaia não existe num governo de bem, num governo sério, num governo realizador, num governo comprometido com a descentralização e com a sociedade catarinense, como o de Luiz Henrique da Silveira e seu vice Leonel Pavan.

Estou cansando de vir aqui fazer a defesa. E vou repensar daqui para frente, mas hoje tinha que vir, porque não posso admitir que pessoas que ontem estavam no governo, que fizeram o que fizeram e, como hoje estão na Oposição, pensam que são santos, querem ser libertados e não crucificados. Mas estamos aqui para falar para que a sociedade conheça quem são os cidadãos de bem e quem são aqueles que querem apenas destruir, que não apresentam nada, porque são vazios e inúteis.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. Presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, quero me ater aqui a três pontos importantes: primeiro, sr. presidente, é que recebi na tarde de hoje a visita ilustre de uma equipe de professores representando o Sinte, que trazia a análise da proposta do governo com relação ao abono de R\$ 100,00, que será concedido aos professores até o mês de agosto, e que de agosto em diante passará a ser de R\$ 200,00. Isso vai representar um montante de R\$ 6 milhões ou R\$ 7 milhões durante o ano. São 31 mil professores, e se imaginarmos que cada um receberá R\$ 100,00 de abono, só isso dará R\$ 3 milhões ao mês. E quando passar para R\$ 200,00 serão R\$ 6 milhões.

Srs. deputados, a questão não é tanto esse valor. Eu dizia aos professores que a Casa tem uma bancada que dá sustentação ao governo e duas ou três bancadas que, numa posição de certa maneira até mais cômoda, votam contrariamente, a princípio, a todos os projetos que o governador encaminha e que o deputado Manoel Mota tão bem tem defendido como um dos líderes do sul do estado e também do PMDB. Então, eu disse ao sindicato que seria interessante que trouxesse para esta Casa, principalmente para nós, deputados, uma proposta alternativa para que também pudéssemos defender frente ao governo. Seria uma proposta alternativa, até porque havia rumores de que havia a intenção do sindicato dos professores de fazer uma movimentação para buscar a greve. Por outro lado, o governo, representado pelo secretário de estado e pelo governador, não tinha interesse que houvesse greve, pelo compromisso que tem com a sociedade e com os 1.250 colégios, cada um com 700 alunos, 800 alunos ou mais de mil alunos. Imaginem o número de alunos, de famílias, com as quais o governo tem compromisso.

Então, antes de o governo encaminhar a proposta e o Sinte encaminhar a proposta de greve, precisaria haver a habilidade, por parte do sindicato, de apresentar aos deputados, independentemente da Situação ou da Oposição, alguma proposta para que nós, da Situação, pudéssemos defender e não ser apenas a opinião deles contrária ao governo e querendo que esta Casa, em conjunto, os defenda.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não! Concedo um aparte a v.exa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que ficou uma pequena parte para trás. O governo encaminhou uma comissão para dar resposta aos professores aposentados, que foram peça fundamental para este estado, e são reconhecidos por Luiz Henrique, tanto que já deu o abono. Mas há uma comissão trabalhando junto com o secretário da Educação, Paulo Bauer, para poder buscar outro resultado para os aposentados do estado de Santa Catarina.

Quero dizer que o eminente deputado Joares Ponticelli, quando era líder ficava aqui, eu lembro, o servidor da Casa tinha que buscar a vassoura para varrer as moedas que choviam aqui embaixo, porque eles não respeitavam, nos projetos, o servidor público de Santa Catarina. E vem com essa demagogia estendida aos professores na tarde de hoje.

Aqui, chovia moedas! Tenho cinco mandatos, acompanhei e vi as moedas que choviam em cima dos deputados, porque eles não respeitavam em nada, absolutamente em nada, o servidor público. Mas agora não! Ele é Oposição e acha que todo mundo tem memória curta e esquece. Mas não esquecemos e mostramos para a sociedade quem são as pessoas que mudam de lado e transformam-se em outras totalmente diferentes.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Manoel Mota, muito obrigado, vou incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento.

E como eu estava colocando, é importante a essa altura que o sindicato, e foi o pedido que fiz...

Sinceramente, se existe algo ruim para qualquer um de nós, seja de Situação ou Oposição, é ter que assumir uma posição contrária a 31 ou 32 mil professores que estão espalhados nas escolas, nos colégios estaduais, que são nossos colaboradores, os colaboradores do governo e da sociedade, e que ajudam a formar a nossa sociedade do futuro. Entendemos perfeitamente isso; porém, precisamos montar um projeto, não o ideal, porque o ideal muitas vezes foge aos princípios democráticos. E como dissemos, na democracia ninguém consegue andar pelo meio do rio; nós conseguimos puxar o barco, uns para uma margem e outros para outra, mas não podemos deixar que um puxe demais, senão o barco vai-se estragar numa das margens. Por outro lado, o equilíbrio das forças faz com que o barco caminhe, que se desloque pelo meio do rio. E é para manter esse equilíbrio que precisamos que o sindicato nos ajude a montar um projeto que também possamos defender.

Entendemos perfeitamente a posição dos professores e também achamos que eles precisam ser mais valorizados pelo governo e pela sociedade. No entanto, também entendemos que o secretário da Educação, com o compromisso assumido com o governador, diante de seis milhões de habitantes catarinenses, de garantir uma boa qualidade de educação, e essa qualidade, naturalmente depende da colaboração e da ação dos professores. Entendemos as duas posições, e qualquer posição radical é claro que é difícil, e não há como nós, os 26 ou 27 deputados da base de sustentação do governo, querermos nos propor a defender uma proposta radical que o sindicato nos apresente.

Por isso, pedi e peço e digo publicamente que apresentemos uma proposta que agrade, não 100% dos professores, mas pelo menos a sua grande maioria, e que permita ao governo do estado, ao secretário Paulo Bauer, que tem compromisso com toda a sociedade, manter as escolas funcionando e que sejam uma extensão da nossa família em cada cidade.

Sr. presidente, fiz a colocação diretamente ao sindicato de que gostaria de receber uma proposta mediana, uma proposta que por um lado beneficie, em parte, os professores, mas que também dê condições ao governo de garantir o bom funcionamento de todas as escolas. Entendemos que precisaria, talvez, aumentar 20%, 30% até 50% o salário dos professores pelo bom trabalho que desempenham.

Já está na Câmara dos deputados, já passou pelas comissões de Finanças e de Educação a aprovação do piso salarial mínimo de R\$ 950,00 que, tenho certeza, sendo aprovado no Congresso Nacional, o governo do estado também irá adotar e certamente poderemos

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, eminente líder de Criciúma, que tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria primeiramente de agradecer a gentileza do deputado Sargento Amauri Soares, por ter cedido o espaço para que eu pudesse fazer uso desta tribuna.

Na tarde de ontem, sr. presidente, estivemos no município de Turvo, em uma reunião onde estiveram os prefeitos de Timbé do Sul, Nailor Biava, de Turvo, José Brina Tramontin, juntamente com o diretor da Casan, Valmir Piacentini, e os seus técnicos, o representante da Fatma, da regional de Criciúma, e também o de Florianópolis. Contamos, também, com a participação de algumas lideranças, como o secretário Altair Guidi, juntamente com o procurador do Ministério Público Estadual, dr. Ricardo de Figueiredo. Lá também estiveram presentes os representantes dos deputados Manoel Mota e Décio Góes.

A preocupação pertinente é com relação à barragem do rio do Salto. E na última quinta-feira próxima passada, com a vinda do presidente Lula a Florianópolis, foi anunciado pelo ministro das Cidades, Marcio Fortes, e também pela ministra Dilma Rousseff, que estariam disponíveis R\$ 11 milhões do PAC. Pude constatar posteriormente, no sábado passado, no jornal a *Folha de S.Paulo*, a publicação de todas as obras relacionadas no PAC, entre as quais está incluída a barragem do rio do Salto. Uma obra que vai, com certeza, a exemplo da barragem do rio São Bento, que hoje abriga aproximadamente 300 mil habitantes, mas que tem uma capacidade para 1.3 milhão de habitantes...

Não diferente, a barragem do rio do Salto é uma obra que além de desenvolver o potencial turístico da nossa região, vai, com certeza, fazer a regularização da vazão do rio em épocas de cheias e de estiagem, fato esse já ocorrido em muitos períodos de décadas passadas, quando centenas de famílias ficam desabrigadas por conta do alagamento que acontece praticamente anualmente naquela região do extremo sul do vale catarinense.

É uma obra estimada e orçada em R\$ 54.6 milhões, e com certeza teremos a contrapartida do governo do estado. Essa obra vem sendo reivindicada há mais de 30 anos. E há uma necessidade premente de um projeto importantíssimo para recuperar o desenvolvimento, a nossa agricultura, a nossa rizipiscicultura e com certeza o fortalecimento da economia do sul de Santa Catarina.

O deputado Manoel Mota é o vice-presidente da comissão, do fórum, da qual tenho a satisfação de ser presidente. E juntamente com o deputado Décio Góes, secretário-relator, estamos acompanhando diretamente esse processo. Sentimos o entrave em função das questões ambientais, fato que se originou do projeto quando da sua concepção pela Epagri, porque havia uma vertente para a agricultura, para o seu abastecimento. Posteriormente, com a crescente demanda populacional voltou-se a vertente para a população, em primeira instância, passando então a tutela dessa obra para a Casan.

A Epagri apresentou EIA-rama, estudo de impacto ambiental, sendo que esse foi analisado pela Fatma, que fez uma exigência de 22 itens complementares que já estão sendo executados e os serviços contratados, face de que estaremos no gargalo do período. Se não apresentarmos toda documentação necessária, perderemos esses recursos do governo federal, e não podemos, em hipótese alguma, perder essa importante quantia. Já aconteceu em outros casos termos perdido os recursos. Por isso houve a participação, o gesto direto dos técnicos da Fatma, em conceder essa licença, num acordo com o Ministério Público, para que possamos encaminhar ao ministério da Integração, para poder viabilizar esse investimento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Valmir Comin. A sociedade pode dizer: "Mas há alguns instantes ele não estava fazendo crítica a um deputado do seu partido?" Mas isso é para a sociedade saber que somos pessoas de bem e sabemos reconhecer quem luta por uma região. V.Exa. está no seu terceiro mandato e merece muito mais, porque é trabalhador e competente. Eu me orgulho em ser vice-presidente da comissão pela forma de v.exa. agir.

Por isso, entendemos naquele momento anterior, quando eu lutava pela barragem do rio do Salto e os deputados de Criciúma, da região de v.exa., lutavam pela barragem do rio São Bento. O que eu fiz? Retirei a minha luta e incluí-me na barragem do rio São Bento, até concluirmos aquela barragem. Agora estamos tendo a solidariedade para trabalhar na barragem do rio do Salto, peça fundamental para a nossa economia.

V.Exa. sabe, havia feito esse fórum; ele venceu no final do ano. Eu poderia ter feito e não fiz, mas avisei: faça um fórum, porque foi v.exa. que iniciou e eu vou continuar lutando e trabalhando para que a nossa região possa ser atendida.

Quanto àquela região, com essa barragem, o que é que vai acontecer? Vai atender o arroz irrigado, vai abastecer toda a cidade no perímetro urbano, vai dar equilíbrio aos rios. Então, é uma obra importante, fundamental, para a nossa economia e para a nossa sobrevivência.

Quero parabenizar v.exa. e dizer que essa etapa, quando fui representado pelo vereador Albino Giusti, será superada. Depois iremos a Brasília para garantir esse recurso e colocar em prática essa obra que é tão importante e tão grande para a nossa região. Tenho certeza de que iremos conquistar, porque as portas estão abertas, depende apenas dessa licença. V.Exas. tiveram sucesso ontem, e isso irá transformar-se numa bandeira forte para que possamos garantir os recursos.

Parabéns, deputado Valmir Comin, conte conosco. Vamos trabalhar juntos pela nossa região.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Manoel Mota, pelas suas considerações e pela parceria nesse mecanismo. Desde antes, quando era governo Esperidião Amin, v.exa. foi positivo, combativo e atuante para que a obra da barragem do rio São Bento viesse a acontecer, e hoje é uma realidade. Agora, estamos em lados opostos, mas lutando por uma causa comum, que é a obra que tanto esperamos e sonhamos.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Valmir Comin, gostaria de saudar v.exa. por essa mobilização das lideranças políticas em prol da construção da barragem do rio do Salto. Fui deputado federal durante dez anos e nesse época v.exa. foi um militante ferrenho, juntamente com os deputados Manoel Mota e outros deputados representantes do sul, para a construção da barragem do Rio São Bento. E foi graças à somatória de todas essas forças que, na época, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou os primeiros R\$ 3 milhões para começar a obra. E hoje ela está exuberante em Siderópolis, seu município, e abastece toda grande Criciúma.

Certamente isso também vai acontecer com a barragem do Rio do Salto, que vai atender, primeiramente, à população e, por decorrência, também aquele local onde Deus faz todos os anos o milagre da multiplicação do pão e do arroz, uma região extraordinária onde não pode falar água. Por isso, essa obra vai ter o meu apoio e certamente também de todos os catarinenses, principalmente das lideranças políticas.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço, deputado, pelas suas considerações!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado, v.exa. e a região estão de parabéns. Lembre-se que nesta Casa foi votado, inclusive, na questão da Casan, que cada barragem pudesse utilizar a força d'água e colocar uma turbina para gerar energia elétrica. Então, nesse projeto do rio do Salto, que também seja feito - e tenho certeza de que v.exa. vai usar. Lá na de São Bento não colocamos junto uma turbina para produzir energia elétrica, mas ainda é possível colocá-la nessa, assim como em outras barragens. Ai, sim, a Casan vai para frente; vai-se poder colocar tudo em dia com a Celesc, e Santa Catarina ganhará com isso.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Agradeço, deputado Professor Grando.

Quero só dizer do espírito público e da participação da nossa bancada federal catarinense, que num ato humano originou a emenda para que pudesse viabilizar o investimento na barragem do Rio São Bento e agora também o apoio para a barragem do Rio do Salto.

Era o que tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - De acordo com o art. 108 do Regimento Interno, esta Presidência comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 20ª Sessão Ordinária de 26 de março de 2008:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0618/2007 e 0665/2007;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0047/2007.

Antes de encerrarmos a presente sessão convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA N. 011-DL, de 2008

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso I, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Elizeu Mattos, membro da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações

Internacionais e do Mercosul, para ausentar-se do País, no período de 29 a 31 de março de 2008, a fim de participar da Reunião do Parlamento do Mercosul, que será realizada em Montevidéu, Uruguai.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 26 de março de 2008

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Dagomar Carneiro - 3º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 6ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, contando com a presença da senhora deputada Odete de Jesus e dos senhores deputados: Renato Hinnig, Flavio Regagnin, Décio Góes, Sílvio Dreveck, Gelson Merisio e Manoel Mota, o deputado Serafim Venzon substituiu o deputado José Natal Pereira. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão, que foi aprovada por unanimidade, também colocou em votação, o requerimento de criação de subcomissão, solicitado pelo deputado Décio Góes, sobre a nova proposta de reforma tributária do governo federal (PEC) 233/2008, que está tramitando na Câmara, esta será discutida com entidades representativas de diversos setores da economia, sociedade civil e representantes do Governo do Estado. O debate sobre as necessidades e o impacto desta proposta federal repercutirá na realidade de Santa Catarina. A intenção é, a partir das colocações que surgirem na audiência pública do dia trinta e um do mês corrente, encaminhar ao Congresso Nacional um documento sobre as necessidades catarinenses em relação à reforma, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o deputado Serafim Venzon relatou o PL./0120.4/2007, que em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, relatou também o PL./0560.6/2007, em discussão e votação o parecer pela rejeição da matéria, foi aprovado por unanimidade. Continuando, o deputado Décio Góes relatou o voto vista que acompanha o parecer do deputado Gelson Merisio, que é de enviar a matéria para a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, em discussão foi aprovado por unanimidade. A deputada Odete de Jesus relatou o voto vista ao PL./262.0/2007, que acompanha o parecer do relator deputado Renato Hinnig, que é contrário à matéria por já haver legislação aprovada, em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Também relatou o PL./0569.4/2007, em discussão e votação foi aprovado seu parecer por unanimidade. Ato contínuo, o deputado Flávio Regagnin relatou o PL./0522.0/2007, em discussão foi solicitado vista em gabinete para o deputado Gelson Merisio. Não havendo nada mais a tratar, o presidente deu por encerrado os trabalhos da reunião, dos quais eu, Sílvio Nestor de Souza, chefe de secretaria, digitei a presente ata, que após aprovada por todos os membros, será assinada pelo presidente da Comissão e posteriormente publicada no Diário desta Assembléia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As onze horas do dia dezoito de março de dois mil e oito, sob a Presidência do Deputado Jean Kuhlmann, amparado no Art. 128 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da terceira reunião ordinária da Comissão. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Elizeu Mattos, Dirceu Dresch e Renato Hinnig. Em seguida, o senhor Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião anterior - que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo colocou em discussão e votação os Projetos de Lei n.ºs: 0013.6/08, de autoria do Deputado Genésio Goulart, que "Declara de utilidade pública a Associação Tubaronense para Integração do Deficiente Visual - ATIDEV, de Tubarão". Relator: Deputado Professor Grando. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0028.2/08, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, que "Declara de utilidade pública o Instituto Rã-bugio para Conservação da Biodiversidade, no Município de Jaraguá do Sul". Relator: Deputado Dirceu Dresch. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0030.7/08, de autoria do Deputado Jandir Bellini, que "Declara de utilidade pública a Agência de Desenvolvimento Regional da Costa Esmeralda e Balneário Camboriú, no Município de Itapema". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0044.2/08, de autoria do Deputado Júlio Garcia, que "Declara de utilidade pública a Associação de Voluntárias Mamãe-Bebê, da Maternidade do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos, de Laguna". Relator: Deputado Joares Ponticelli. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0547.9/07, de autoria da Deputada Odete de Jesus, que "Dispõe sobre a doação de produtos apreendidos pelas autoridades às instituições filantrópicas". Relator: Deputado José Natal Pereira. Pedido de vista, em gabinete, pelo Deputado Dirceu Dresch; 0608.5/07, de autoria do Deputado Rogério Mendonça, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Águas Negras, no Município de Ituporanga". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade; 0618.7/07, de autoria do Deputado Antônio Aguiar, que "Declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas, no Município de Canoinhas". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade, com emendas aditiva e modificativa; 0634.7/07, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que "Declara de utilidade pública a Organização Cultural da Sociedade Brasileiro-Polonesa de Nova Erechim - BRASPOL, no Município de Nova Erechim". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado, com emenda substitutiva global; 0661.0/07

de autoria do Deputado Darci de Matos, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Corredores de Rua de Joinville - Corville, no Município de Joinville". Relator: Deputado Renato Hinnig. Posto em discussão e votação o parecer, foi aprovado por unanimidade e 0665.3/07, de autoria do Deputado Décio Góes, que "Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Comerciarío - AMBAC, no Município de Criciúma". Relator: Deputado Elizeu Mattos. Posto em discussão e votação o parecer, aprovado com emendas - aditiva e modificativa. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Jean Kuhlmann
Presidente
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO CL Nº 034/2008

REFERENTE: 12º Termo Aditivo ao Contrato CL n.º 017/2006, celebrado em 20/02/2006.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Cotrans Locação De Veículos Ltda

OBJETO: → Alterar qualitativamente, sem acréscimos financeiros, o objeto substituindo 09 (nove) automóveis Volkswagen Santanas Confortiline 1.8 gasolina, na medida em que atingirem os 100.000 quilômetros, por 09 (nove) GM Astras Advantage 2.0 flexpower. → Reajustar o contrato original em 8,66% correspondente à variação IGPM/FGV, no período de mar/07 a fev/08, com eficácia a partir da competência mar/08, passando o valor mensal do contrato de R\$ 125.932,15 (cento e vinte e cinco mil novecentos e trinta e dois reais e quinze centavos) para R\$ 136.837,87 (cento e trinta e seis mil oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos). → REFERENTE locação de 50 veículos.

VIGÊNCIA: 01/03/2008 a 31/12/2008.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "b" e § 8º da Lei nº 8.666/93; Clausula Terceira, item quatro do Contrato Original; e autorização administrativa. Florianópolis, 19 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC
Osni Prates Pacheco - Presidente COTRANS

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 065/08

Institui o Dia do *DeMolay* do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o dia 18 de março como o "Dia do *DeMolay*", no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Sala das Sessões,
Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei anexo que tem por objeto a inclusão no calendário oficial do estado o "Dia do *DeMolay*".

Para que possa ser reconhecido o valor do presente projeto é necessário fazer uma explanação sobre a Ordem *DeMolay*.

A Ordem *DeMolay* é uma associação de jovens entre 12 e 21 anos que desde 1919 vem preparando as gerações e formando futuros líderes, melhores cidadãos, pais e homens, tudo isso sob a batuta da Maçonaria.

Fundamentada sua filosofia em sete virtudes chamadas "virtudes cardeais de um *DeMolay*", que são: Amor Filial, Reverência pelas coisas Sagradas, Cortesia, Companheirismo, Fidelidade, Pureza e Patriotismo. Sobre elas os jovens membros da Ordem traçam seus objetivos e suas condutas.

Esse trabalho já frutificou e grandes nomes oriundos da Ordem *DeMolay* ajudaram e ajudam a escrever a nossa história nacional e internacionalmente. Atualmente a Ordem está em vários países sendo os Estados Unidos e o Brasil suas principais sedes.

Desde 1980 no Brasil, e de 1989 em Santa Catarina a Ordem *DeMolay* vem fazendo excelentes trabalhos de filantropia, dando um grande suporte à comunidades mais carentes.

No território Caatrinense, em atividade, são aproximadamente mil jovens e dentre os chamados "senior's *DeMolays*", ou seja, os que já passaram dos 21 anos, temos Juízos, Vereadores, Promotores de Justiça, Médicos, Arquitetos, Advogados, Odontológicos, que exercem importante liderança em suas classes.

Por esse motivo apresento o presente projeto e, para dar continuidade, faz-se necessário o apoio dos nobres Pares, para sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 066/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete da Presidência

Ofício n.220/2008 - GP

Florianópolis, 24 de março de 2008

Ref.: Envio de Projeto de Lei

Excelentíssimo Senhor

Deputado **JÚLIO CESAR GARCIA**

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei que "define critérios para assegurar a vantagem nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte na sessão de 10 de março de 2008, acompanhado da indispensável justificativa.

Cuida-se de matéria de alta relevância para o Judiciário Catarinense, razão pela qual ouso solicitar-lhe a proverbial atenção de Vossa Excelência. .

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PRESIDENTE

Lido no Expediente

Sessão de 26/03/08

PROJETO DE LEI N. 066/2008

Define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O servidor que tiver exercido ou vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança do Poder Judiciário, mesmo que em substituição, terá adicionado ao vencimento do cargo efetivo, como vantagem pessoal nominalmente identificável, o valor equivalente à diferença entre o vencimento do cargo efetivo e o do cargo comissionado, ou o valor da função de confiança.

§ 1º O acréscimo a que se refere este artigo ocorrerá a partir do 5º (quinto) ano completo, ininterrupto ou não, de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, à razão de 10% (dez por cento) por ano, até o limite de 100% (cem por cento), não podendo haver intervalo superior a 10 (dez) anos entre os exercícios.

§ 2º Para a composição do percentual a que se refere o parágrafo anterior será considerado o exercício de cargo em comissão ou função de confiança anterior ao 6º (sexto) ano, desde que mais benéfico.

Art. 2º O percentual equivalente a valores incorporados aos vencimentos do cargo efetivo, nos termos dos arts. 90 e 91 da Lei n. 6.745, de 28/12/1985, deverá integrar-se à vantagem decorrente da aplicação desta Lei, respeitado o limite estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 3º A vantagem de que trata esta Lei, depois de incorporada, acompanhará os reajustes do cargo efetivo ocupado pelo servidor, bem como as revisões gerais de remuneração dos servidores do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Ficam vedados quaisquer aumentos ou reajustes de vantagem pessoal nominalmente identificável, em decorrência de alteração de remuneração dos cargos em comissão, funções gratificadas ou de confiança.

Art. 4º O servidor perderá os vencimentos do cargo efetivo quando nomeado em comissão, ressalvado o direito de opção, sem prejuízo de eventual gratificação de 40% (quarenta por cento) do vencimento do cargo comissionado.

Art. 5º O servidor que após conquistar 100% (cem por cento) vier a exercer cargo em comissão ou função de confiança de valor superior aos já adicionados poderá optar pela atualização, mediante substituição dos percentuais anteriormente conquistados ano a ano, pelos novos cálculos, na mesma proporção.

Art. 6º Quando o servidor, no período de 12 (doze) meses, tiver exercido mais de um cargo em comissão, ou função de confiança, a fração anual será calculada proporcionalmente sobre os cargos ou funções de confiança exercidos mês a mês, tomando-se por base, no mês, o cargo ou a função exercidos por mais tempo.

Art. 7º Em nenhuma hipótese será permitida a concessão da vantagem de que trata esta Lei em limite superior a 100% (cem por cento), ainda que mais de uma função ou cargo comissionado tenha sido exercido concomitantemente.

Art. 8º Estende-se o disposto nesta Lei:

I - ao servidor beneficiado, no Poder Judiciário, com a concessão da gratificação prevista no art. 85, I, VII e VIII, da Lei n. 6.745, de 28/12/1985;

II - às situações previstas no art. 4º da Lei n. 7.169, de 23/12/1987, nos arts. 34 e 36 da Lei Complementar n. 90, de 1º/07/1993 e art. 6º, § 2º da Lei Complementar n. 406, de 25/01/2008.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente projeto de lei objetiva garantir aos servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina que, ao longo de vários anos, se dedicaram à carreira funcional, desempenhando com esmero cargos de gerência, chefia e assessoramento, o instituto da chamada estabilidade financeira.

Referida estabilidade será assegurada aos funcionários por meio de vantagem pessoal nominalmente identificável, após preenchidos requisitos para sua percepção, culminando com o recebimento do benefício, em sua totalidade, após o exercício de 15 anos na função.

Cabe ressaltar, por oportuno, que a matéria em questão não fere a norma constitucional prevista no artigo 37, XIII, da Carta Magna, porquanto não prevê vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias.

Importa enfatizar, ademais, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade das leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira.

Vale registrar, outrossim, que várias leis estaduais contemplam a matéria em questão, destacando-se, dentre elas e como precedente, a Resolução nº 2, alterada pela Resolução nº 4, ambas de 2006, de iniciativa da Mesa da Assembléia Legislativa, que em seu art. 26 conferiu aos seus servidores o benefício de que dispõe este projeto.

Portanto, não se está criando um benefício novo, mas apenas estendendo aos servidores deste Tribunal uma vantagem legítima e justa, que já vem integrando o rol de direitos de outros funcionários deste Estado.

Por último, frise-se que a repercussão financeira deste projeto será suportada pelo orçamento próprio do Poder Judiciário.

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Processo: 282169-2007.9

Parte: Direção-Geral Administrativa e Direção-Geral Judiciária

Assunto: encaminha projeto de lei que define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário de SC.

A pedido da **Comissão** encarregada da elaboração do projeto de lei de incorporação de cargo comissionado, função gratificada (chefe de seção, contador, distribuidor, secretário do foro, coordenador de cartório/atividades administrativas, escrivão/secretário de juizado especial, escrivão de varas sem o cargo, agente de capacitação) e gratificação especial de cargo comissionado e função gratificada, a repercussão foi feita de acordo com as seguintes **hipóteses**:

1ª) todos os valores de cargo comissionado, função gratificada e gratificação especial serão incluídas na base de cálculo do desconto previdenciário e, portanto, aumentará a despesa da parte previdenciária patronal; **alíquota patronal de 22%**.

2ª) percentual de trênisos estimado: 18%;

3ª) efeitos a contar de fev/08.

4ª) servidores que terão aumento na remuneração foram informados pela DRIF através de dados do histórico funcional e o valores encontram-se no elemento de despesa 3.1.90.11 - WF 5ª) sem considerar aumento relativo ao adicional de exercício (20%), pois esta gratificação poderá ou não ser concedida.

6ª) WF calculado conforme levantamento efetuado pela DRIF.

7ª) cálculo conforme tabela vigente em janeiro/08

1. rubrica 408 - gratificação especial

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	145.386,60	1.673.260,65	1.818.647,25
2009	179.119,96	1.899.018,04	2.078.138,00
2010	179.119,96	1.899.018,04	2.078.138,00

2. rubrica 409 - função gratificada

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	160.764,15	160.764,15
2009	-	182.454,55	182.454,55
2010	-	182.454,55	182.454,55

Parte: Direção-Geral Administrativa e Direção-Geral Judiciária

Assunto: encaminha projeto de lei que define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário de SC.

A pedido da **Comissão** encarregada da elaboração do projeto de lei de incorporação de cargo comissionado, função gratificada (chefe de seção, contador, distribuidor, secretário do foro, coordenador de cartório/atividades administrativas, escrivão/secretário de juizado especial, escrivão de varas sem o cargo, agente de capacitação) e gratificação especial de cargo comissionado e função gratificada, a repercussão foi feita de acordo com as seguintes **hipóteses**:

3. rubrica 411 - secretaria do fórum

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	98.823,52	98.823,52
2009	-	112.156,85	112.156,85

2010	-	112.156,85	112.156,85
------	---	------------	------------

4. rubrica 412 - juizado especial/secretaria de turma de recurso

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	80.198,73	80.198,73
2009	-	91.019,19	91.019,19
2010	-	91.019,19	91.019,19

5. rubrica 416 0 contador

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	200.875,45	200.875,45
2009	-	227.977,69	227.977,69
2010	-	227.977,69	227.977,69

6. rubrica 425 - distribuidor

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	213.157,92	213.157,92
2009	-	409.398,55	409.398,55
2010	-	409.398,55	409.398,55

Parte: Direção-Geral Administrativa e Direção-Geral Judiciária

Assunto: encaminha projeto de lei que define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário de SC.

A pedido da **Comissão** encarregada da elaboração do projeto de lei de incorporação de cargo comissionado, função gratificada (chefe de seção, contador, distribuidor, secretário do foro, coordenador de cartório/atividades administrativas, escrivão/secretário de juizado especial, escrivão de varas sem o cargo, agente de capacitação) e gratificação especial de cargo comissionado e função gratificada, a repercussão foi feita de acordo com as seguintes **hipóteses**:

7. rubrica 426 - técnico suporte informática

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	431.085,70	431.085,70
2009	-	489.248,05	489.248,05
2010	-	489.248,05	489.248,05

8. rubrica 428 - cargo comissão

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	81.425,71	836.388,06	917.813,78
2009	88.029,58	949.234,07	1.037.263,65
2010	88.029,58	949.234,07	1.037.263,65

8. rubrica 437 - coordenador de cartório

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	601.448,33	601.448,33
2009	-	682.596,13	682.596,13
2010	-	682.596,13	682.596,13

Parte: Direção-Geral Administrativa e Direção-Geral Judiciária

Assunto: encaminha projeto de lei que define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário de SC.

A pedido da **Comissão** encarregada da elaboração do projeto de lei de incorporação de cargo comissionado, função gratificada (chefe de seção, contador, distribuidor, secretário do foro, coordenador de cartório/atividades administrativas, escrivão/secretário de juizado especial, escrivão de varas sem o cargo, agente de capacitação) e gratificação especial de cargo comissionado e função gratificada, a repercussão foi feita de acordo com as seguintes **hipóteses**:

10. rubrica 439 - gratificação especial função gratificada

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	36.718,74	95.672,82	132.391,56
2009	39.696,74	108.581,06	148.277,80
2010	39.696,74	108.581,06	148.277,80

11. rubrica 440 - gratificação especial escrivão judicial

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	100.404,37	100.404,37
2009	-	113.950,99	113.950,99
2010	-	113.950,99	113.950,99

12. rubrica 490 - agente de capacitação

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	31.890,94	31.890,94
2009	-	36.193,69	36.193,69
2010	-	36.193,69	36.193,69

Parte: Direção-Geral Administrativa e Direção-Geral Judiciária
Assunto: encaminha projeto de lei que define critérios para assegurar a vantagem pessoal nominalmente identificável aos servidores do Poder Judiciário de SC.

A pedido da **Comissão** encarregada da elaboração do projeto de lei de incorporação de cargo comissionado, função gratificada (chefe de seção, contador, distribuidor, secretário do foro, coordenador de cartório/atividades administrativas, escrivão/secretário de juizado especial, escrivão de varas sem o cargo, agente de capacitação) e gratificação especial de cargo comissionado e função gratificada, a repercussão foi feita de acordo com as seguintes **hipóteses**:

Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	-	212.132,02	212.132,02
2009	-	240.753,00	240.753,00
2010	-	240.753,00	240.753,00

TOTAL			
Exercício	VVF 3.1.90.11	Obrigações Patronais 3.1.90.13	Total
2008	263.531,05	4.736.102,66	4.999.633,72
2009	306.846,29	5.542.581,86	5.849.428,15
2010	306.846,29	5.542.581,86	5.849.428,15

Silvano do Amaral
Chefe de Divisão
*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/08**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Ofício n. 221/2008 GP
Ref.: Envio de Projeto de Lei

Florianópolis, 24 de março de 2008

Excelentíssimo Senhor
Deputado **JÚLIO CESAR GARCIA**
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, Projeto de Lei que "Cria Cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte nesta data, acompanhado da indispensável justificativa.

Cuida-se de matéria de alta relevância para o Judiciário Catarinense, razão pela qual ousou solicitar-lhe a proverbial atenção de Vossa Excelência.

No ensejo, reitero protestos de elevada estima e distinta consideração.

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 26/03/08

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N PLC/0007.3/2008

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,
Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados e incluídos no Anexo II da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, os cargos constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,
Governador

ANEXO ÚNICO

Quadro de Pessoal do Poder Judiciário
Cargos de Provimento Efetivo
Grupo: Atividade de Nível Médio - ANM

CARGO	NÍVEIS	REFERÊNCIAS	QUANTIDADE
Técnico Judiciário Auxiliar	7-9	A-J	115
Agente Operacional de Serviços Diversos	7-9	A-J	10

PODER JUDICIÁRIO**DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS****EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI QUE CRIA CARGOS NO QUADRO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

O presente Projeto de Lei tem o objetivo de criar 115 (cento e quinze) cargos de Técnico Judiciário Auxiliar e 10 (dez) cargos de Agente Operacional de Serviços Diversos no quadro de pessoal do Poder Judiciário.

A necessidade da otimização dos serviços judiciários, aliada à crescente demanda judicial exige cada vez mais a celeridade na prestação jurisdicional.

A criação de 115 (cento e quinze) cargos de Técnico Judiciário Auxiliar, a serem distribuídos no Tribunal de Justiça e nas comarcas do Estado, por certo não solucionará os problemas oriundos da falta de pessoal que afligem o Poder Judiciário, porém os minimizará, atenuando a demanda e aproximando cada vez mais a estrutura organizacional do quadro de pessoal ideal.

Em relação aos 10 (dez) cargos de Agente Operacional de Serviços Diversos, sua criação se justifica no aumento do número de cargos de Desembargadores, que passaram de 40 (quarenta) para 50 (cinquenta).

As despesas decorrentes deste projeto de lei correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário que suporta a efetivação da medida.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS****SEÇÃO DE PREPARO DE FOLHAS DE PAGAMENTO****ESTIMATIVA DE DESPESA**

MÊS/ANO DO EFEITO: abril/08

TIPO DE CÁLCULO: 115 SERVIDORES - CARGO EFETIVO - NÍVEL MÉDIO (TJA)

Senhor Chefe,

Segue abaixo a estimativa do impacto financeiro, calculada conforme determina o inciso I do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

	VVF	Auxílio Alimentação	Obrigações Patronais
	3.1.90.11	3.3.90.46	3.1.90.13
Estimativa para o Exercício de 2008	R\$ 2.050.654,13	R\$ 621.000,00	R\$ 213.238,20
Estimativa para o exercício de 2009	R\$ 2.800.480,00	R\$ 828.000,00	R\$ 284.317,61
Estimativa para o Exercício de 2010	R\$ 2.800.480,00	R\$ 828.000,00	R\$ 284.317,61

Obs: Os valores foram calculados considerando 13º salário, 1/3 de férias e abono salarial (Lei nº 12.686/03).

Florianópolis, em 24/3/2008

LAURA DE OLIVEIRA TABAJARA

CHEFE DA DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS E.E.

ESTIMATIVA DE DESPESA

MÊS/ANO DO EFEITO: abril/08

TIPO DE CÁLCULO: 10 SERVIDORES - CARGO EFETIVO - AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS

Senhor Chefe,

Segue abaixo a estimativa do impacto financeiro, calculada conforme determina o inciso I do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

	VVF	Auxílio Alimentação	Obrigações Patronais
	3.1.90.11	3.3.90.46	3.1.90.13
Estimativa para o Exercício de 2008	R\$ 269.341,05	R\$ 54.000,00	R\$ 18.542,45
Estimativa para o exercício de 2009	R\$ 367.996,31	R\$ 72.000,00	R\$ 24.723,27
Estimativa para o Exercício de 2010	R\$ 367.996,31	R\$ 72.000,00	R\$ 24.723,27

Obs: Os valores foram calculados considerando 13º salário, 1/3 de férias e abono salarial (Lei nº 12.686/03).

Florianópolis, em 24/3/2008

LAURA DE OLIVEIRA TABAJARA

CHEFE DA DIVISÃO DE REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS E.E.

*** X X X ***